



Catedral de Sete Salões
Fonte: IEF (2021)

PLANO DE MANEJO
**PARQUE ESTADUAL DE
SETE SALÕES**



GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Romeu Zema Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marília Carvalho de Melo

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Diretoria Geral

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ana Carolina França Seleme Azevedo

GERÊNCIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fernanda Teixeira Silva

UNIDADE REGIONAL DE FLORESTAS E BIODIVERSIDADE DO RIO DOCE

Adriana Spagnol de Faria

NÚCLEO DE BIODIVERSIDADE RIO DOCE

Mirlaine Soares Barros

Thais de Faria e Sousa Lopes

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Tuana Morena Marques Santos

Nilcemar Oliveira Bejar

PARQUE ESTADUAL DE SETE SALÕES

Eslainy Aparecida Repossi – Gerente

Juliano Barros Ventorim - Monitor Ambiental

Wanderson Luiz de Paula - Monitor Ambiental

Rodrigo de Oliveira Alves - Monitor Ambiental

Rafael Olegário Carolino - Agente de Parque

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DA GERÊNCIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Tuana Morena Marques Santos

Nilcemar Oliveira Bejar

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PLANO DE MANEJO
STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA.**

Coordenação Geral e Gerente da Divisão de Meio Ambiente
Michela Rossane Cavilha Scupino

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Técnica
Ligia Carla de Souza

Flora

Leonardo Von Linsenger

Fauna

Fabiana Angélica Santos Rodrigues Ferreira

Socioeconomia

Rafael Duarte Kramer

Meio Físico

Lucas Akio Iwakura
Isabela lensen

Guia

Bruna Kamila da Conceição

Turismo e Gestão

Isabela lensen

Sistema de Informações Geográficas

Alisson Bernardi
Juliana Boschirol Lamanna Puga
Isabela lensen

Arte visual

Gisele Sigel

Moderadores

Leticia Karmann Monteiro de Almeida Ulandowski
Sergio Cordioli
José Gabriel Pesce Junior
Eduardo Hermos Silva
Rafael Goidanich Costa

PARTICIPANTES DA OFICINA DE PLANO DE MANEJO

Aline Goncalves da Silva – URFBIO RIO DOCE /NAR GUANHÃES - Instituto Estadual de Florestas - Ex-funcionária do PESS

Ariane Kelly Roncal Silva – Agência Metropolitana do Vale do Aço/Ex-funcionária e ex-conselheira do PESS

Bruna Rocha Barbalho - URFBIO RIO DOCE - Instituto Estadual de Florestas

Carlos Roberto dos Anjos – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Celio Pereira Ramos – Brigada Voluntária Sete Salões / Ex conselheiro e proprietário de área no entorno da UC

Cristiane Fróes -- Instituto Estadual de Florestas / GCMUC

Cyntia Carreiro Boechat - Fundação Renova – Ex conselheira do PESS

Danilo Pacheco Cordeiro – Instituto Nacional da Mata Atlântica -Pesquisador

Diogo Loretto – Bicho do Mato Meio Ambiente Ltda - Empresa

Eslainy Aparecida Repossi – Instituto Estadual de Florestas – IEF / Gerente do PESS

Euci Venâncio – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Conselheiro Pena / Conselheira do PESS e Chefe do Departamento de Meio Ambiente

Francismar Coelho – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Itueta / Conselheiro do PESS

Gabriele Andreia da Silva – Instituto Nacional da Mata Atlântica / Pesquisadora

Gladys Nunes Pinto – Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade – UFRBIO Metropolitana / Ex-conselheira do PESS pelo Instituto Terra

Hefrem Corrêa Soares – Secretário de Turismo Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituêto

Helcio de Mattos Batista – Fundação Nacional do Índio

Helen Duarte Faria – Instituto Estadual de Florestas – IEF / GCMUC

Jerry Adriany Gomes Pereira - Polícia Militar de Meio Ambiente de Minas Gerais

Juliano de Barros Ventorim – Funcionário do PESS / Morador da região

Kênya Peixoto e Passos – Geometa Mineração Ltda / Empresa

Maedsson Júnior Andrade – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais

Marilia Pelegrini das Chagas Viana – Prefeitura Municipal de Resplendor / Conselheira e Secretária de Meio Ambiente / Conselheira do PESS

Maurício Souza Pereira – Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Meio Ambiente de Santa Rita do Ituêto / Proprietário de área na UC / Conselheiro do PESS

Nilcemar Bejar – Instituto Estadual de Florestas – IEF / GCMUC

Nilson J. Costa de Amorim – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais / Conselheiro do PESS

Paulo Celio de Figueiredo – Instituto Pró Rio Doce

Paulo Henrique Ribeiro – Rede de Valorização de Itueta para o Desenvolvimento Sustentável/ Conselheiro do PESS

Paulo Rodrigo Simões – Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Curitiba / Morador da região

Paulo Sergio Minatel Gonella Silva – Universidade Federal de São João Del-Rei / Pesquisador

Philipe Zan Medeiros – Federação Mineira de Escalada MG/ Ex – conselheiro do PESS



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Rafael Olegário Carolino – Associação Universitária / Funcionário e conselheiro do PESS / Morador do entorno

Renato Luiz Motta – Secretaria de Agricultura de Resplendor/ Proprietário de área na UC (Resplendor)

Rodrigo de Oliveira Alves – Funcionário do PESS

Wanderley Faustino da Silva – Secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Conselheiro Pena

Washington Luiz Moreno Fernandes –Secretário de Turismo da Prefeitura Municipal do Município de Resplendor

SUMÁRIO

MISSÃO DO IEF	1
1. INTRODUÇÃO	2
1.1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO	3
2. ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO	4
3. PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS	5
3.1. FICHA TÉCNICA DO PESS.....	5
3.2. BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE SETE SALÕES	7
3.3. PROPÓSITO DA UC.....	16
3.4. DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA.....	16
3.5 RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS	18
4. PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS.....	23
4.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO	23
4.2 QUESTÕES-CHAVE PARA A GESTÃO DA UC.....	32
4.3 PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO	37
5. COMPONENTES NORMATIVOS	41
5.1 ZONEAMENTO E NORMAS ESPECÍFICAS	42
5.1.1 ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL.....	44
5.1.2 ZONA DE DIFERENTES INTERESSES PÚBLICOS.....	46
5.1.3 ZONA DE USO DIVERGENTE.....	49
5.1.4 ZONA DE INFRAESTRUTURA.....	51
5.1.5 ZONA DE CONSERVAÇÃO	54
5.1.6 ZONA DE AMORTECIMENTO	57
6. NORMAS GERAIS	60
7. ATOS LEGAIS.....	63
8. ATOS ADMINISTRATIVOS	64
9. REFERÊNCIAS	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Uso e ocupação do solo no PESS e seu entorno.....	9
Tabela 2. Recursos hídricos como recurso e valor fundamental do PESS.....	24
Tabela 3. Elementos paisagísticos e de grande beleza cênica como recurso e valor fundamental do PESS.....	25
Tabela 4. Caverna Sete Salões como recurso e valor fundamental do PESS	26
Tabela 5. Mosaico de vegetação com campos rupestres e Floresta Estacional Semidecidual e biodiversidade associada como recurso e valor fundamental do PESS	28
Tabela 6. Patrimônio Arqueológico e Histórico Cultural como recurso e valor fundamental do PESS	29
Tabela 7. Atrativos, trilhas e roteiros turísticos como recurso e valor fundamental do PESS....	31
Tabela 8. Questões-chave: Gestão, equipe e meios	32
Tabela 9. Questão-chave: uso público	33
Tabela 10. Questão-chave: educação ambiental	33
Tabela 11. Questão-chave: pesquisa e monitoramento	34
Tabela 12. Questão-chave: regularização fundiária.....	34
Tabela 13. Questão-chave: cooperação institucional e parcerias	35
Tabela 14. Questão-chave: restauração.....	35
Tabela 15. Questão-chave: combate a incêndios	36
Tabela 16. Bloco temático: regularização fundiária.....	37
Tabela 17. Bloco temático: uso público.	37
Tabela 18. Bloco temático: gestão, equipe e meios.	38
Tabela 19. Bloco temático: cooperação institucional e parcerias.	39
Tabela 20. Bloco temático: pesquisa e monitoramento.	39
Tabela 21. Bloco temático: educação ambiental	40
Tabela 22. Zonas do Parque Estadual de Sete Salões	42
Tabela 23. Áreas que compõe a Zona de Adequação Ambiental	44
Tabela 24. Áreas que compõe a Zona de Diferentes Interesses Públicos.....	47
Tabela 25. Áreas que compõe a Zona de Infraestrutura.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Parque Estadual Sete Salões – Pedra da Fenda.	1
Figura 2. Elementos que compõem um Plano de Manejo, segundo metodologia do ICMBIO (2018).	4
Figura 3. Mapa de localização do Parque Estadual de Sete Salões, no estado de Minas Gerais..	6
Figura 4. Vista parcial do complexo rochoso denominado Catedral.	7
Figura 5. Caverna Sete Salões	8
Figura 6. Mapa de uso e ocupação do solo do Parque Estadual de Sete Salões.	9
Figura 7. Vista do Pico Garrafão – Campo Rupestre e Floresta Estacional Semidecidual nos vales e talvegues.	10
Figura 8. Registro de irara realizado no PESS.....	11
Figura 9. Registros de fauna do PESS	11
Figura 10. Registros realizados no PESS.	12
Figura 11. Sítio arqueológico da Pedra do Letreiro.....	13
Figura 12. Atividades de educação ambiental nas comunidades do entorno da UC.....	14
Figura 13. Parque Estadual Sete Salões, beleza cênica, biodiversidade história e cultura.....	17
Figura 14. RVF Recursos hídricos - curso d'água no interior da UC.	18
Figura 15. RVF Elementos paisagísticos de grande beleza cênica – Conjunto de formações rochosas sob a denominação de “Catedral”.....	19
Figura 16. Pico do garrafão e formações rochosas associadas à Mata Atlântica.....	19
Figura 17. RVF Caverna Sete Salões.	20
Figura 18. Grande diversidade e beleza da flora do PESS – Registros realizados no PESS.	20
Figura 19. Importantes remanescentes de Mata Atlântica associados a campos rupestres.....	21
Figura 20 RVF Patrimônio arqueológico e histórico cultural.	21
Figura 21 Vista da Trilha/Travessia da onça.....	22
Figura 22 Cachoeira do copão.....	24
Figura 23 Pedra do Navio.	25
Figura 24. Caverna Sete Salões.	27
Figura 25. Registro no PESS de espécies do gênero <i>Cresta</i>	29
Figura 26. Sítio arqueológico da onça.	30
Figura 27 Pedra da Galinha.	31

Figura 28. Espécie do gênero <i>Paepalanthus</i> que ocorre nos campos rupestres.....	36
Figura 29. Pedra da Baleia.....	41
Figura 30. Zoneamento do Parque Estadual de Sete Salões.....	43
Figura 31. Mapa da Zona de Adequação Ambiental.....	45
Figura 32. Zona de Diferentes Interesses Públicos.....	48
Figura 33. Zona de Uso Divergente.....	50
Figura 34. Mapa da Zona de Infraestrutura.....	53
Figura 35. Zona de Conservação.....	55
Figura 36. Zona de Amortecimento.....	58
Figura 37. Trilha da palmeira.....	62
Figura 38. Mapa de integração das propostas de restauração de áreas	64

SIGLAS

DER - Departamento de Estradas de Rodagem

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IEF – Instituto Estadual de Florestas

OPP – Oficina de Planejamento Participativo

PESS – Parque Estadual de Sete Salões

PM – Plano de Manejo

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

ZA – Zona de Amortecimento

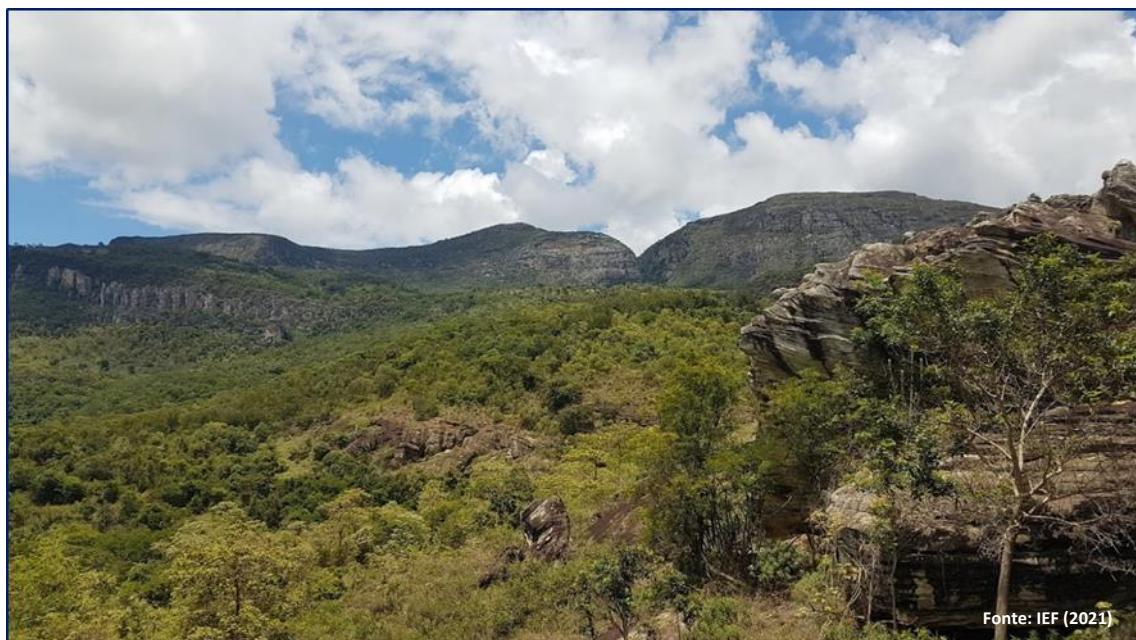
MISSÃO DO IEF

O Instituto Estadual de Florestas (IEF) foi criado em 1962, pela Lei Estadual nº 2.606. É uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e responsável pela agenda verde do Sistema Estadual do Meio Ambiente (Sisema), de assegurar o desenvolvimento sustentável, por meio da execução das políticas florestal e de proteção da biodiversidade.

O IEF desenvolve uma gama muito variada de atividades florestais e de proteção à biodiversidade. Boa parte do nosso trabalho é direcionada às unidades de conservação (UCs): atualmente são mais de 90 Unidades de Conservação sob sua tutela, bem como diversas reservas particulares do patrimônio natural (RPPN).

Pelo conjunto, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação administrado pelo IEF resguarda um patrimônio natural e histórico-cultural de extrema importância para o estado de Minas Gerais, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar do povo mineiro.

Figura 1. Parque Estadual Sete Salões – Pedra da Fenda.



1. INTRODUÇÃO

O Parque Estadual de Sete Salões (PESS) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada na região do médio Rio Doce, abrangendo os municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Itueto, com uma área de 12.520,90 hectares inseridos na Mata Atlântica.

O PESS foi criado pelo Decreto Estadual nº 39.908, de 22 de setembro de 1998, com objetivo de proteger a fauna e flora regionais, as nascentes dos rios e córregos da região, além de criar condições ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos e alternativos de uso racional dos recursos naturais, como o ecoturismo. Devido sua localização, o PESS insere-se nas Formações São Tomé e João Pinto, que compreendem xistos, gnaisses e quartzitos de grande relevância geológica, como a presença da caverna de Sete Salões que dá nome ao parque.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Parques Estaduais tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Pertence à categoria de unidades de conservação de proteção integral e é de posse e domínio públicos.

O Plano de Manejo é o principal documento para subsidiar o planejamento e a gestão eficaz de uma UC, devendo este priorizar a manutenção dos modos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, por meio da participação das comunidades locais (ICMBIO, 2018). Este é um documento obrigatório para todas as categorias de Unidades de Conservação, conforme Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.

1.1. CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO

Para a elaboração do Plano de Manejo do PESS, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) adotou a nova abordagem metodológica, adaptada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) ao contexto brasileiro, baseada no Foundation Document, do Serviço de Parques Nacionais Norte-americanos (NPS). Essa estratégia permite integrar e coordenar todos os tipos e níveis de planos e decisões a partir de um entendimento comum daquilo que é essencial para UC.

A etapa de planejamento previu o reconhecimento em campo pela equipe técnica da STCP Engenharia, conforme plano de trabalho aprovado pelo IEF. A etapa seguinte compreendeu o levantamento de dados e a caracterização da UC, por meio da melhor informação disponível através de pesquisas bibliográficas, a identificação e descrição dos aspectos ambientais, socioeconômicos, histórico-culturais e político-institucionais, bem como dados de gestão da UC e do entorno como a situação fundiária, zoneamentos existentes, histórico de planejamentos, atrativos turísticos, infraestrutura e os atos normativos e legais referentes à UC (ICMBIO, 2018). Nesta etapa, foram realizadas a organização do banco de dados geográficos e a elaboração de mapas temáticos da UC.

Para subsidiar a preparação da oficina de elaboração do Plano de Manejo, foi elaborado o guia do participante, documento fundamental para os participantes da oficina, pois descreve os conceitos de cada elemento para auxiliar o entendimento destes que serão trabalhados na oficina participativa, exemplos de outras UC e informações sobre a caracterização, resumo de gestão da UC, além de outros documentos importantes como normas legais e atos administrativos. Posteriormente, os guias impressos foram disponibilizados ao IEF e também online para todos os participantes.

Na sequência, ocorreu a Oficina de Planejamento Participativo (OPP) para Elaboração do Plano de Manejo que, devido às restrições impostas pelo novo coronavírus, foram realizadas no formato online entre os dias 08 e 14 de julho de 2021, pela plataforma Zoom. A oficina objetivou definir os elementos essenciais ao plano de manejo por meio de atividades dinâmicas e interativas, integrando os conhecimentos de diferentes partes interessadas e experiências dos participantes. Estas ações permitem a identificar e descrever as principais questões ambientais, socioeconômicas, histórico-culturais, político-institucionais e de gestão da UC e de seu entorno e identificar possíveis conflitos quanto ao uso de recursos, as necessidades de dados e de planejamento para a gestão da UC (ICMBIO, 2018).

Participaram das oficinas na construção do plano de manejo representantes de diferentes grupos de interesse com relação direta ou indireta com o PESS, incluindo funcionários do IEF, pesquisadores, representantes do Corpo de Bombeiros, Prefeituras. Ao total, foram 39 participantes que trabalharam e debateram os temas mais relevantes no contexto atual da UC, em plenária e em grupos menores, conforme metodologia do ICMBIO (2018).

Após a consolidação do resultado da oficina elaborou-se o Plano de Manejo propriamente dito.

2. ELEMENTOS DO PLANO DE MANEJO

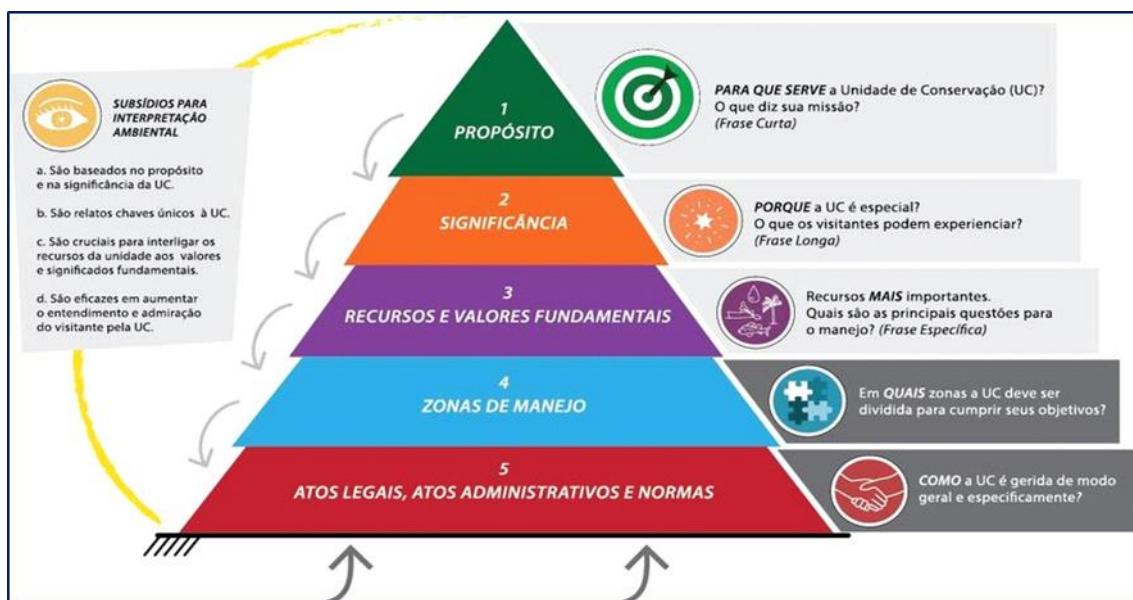
Para o Parque Estadual de Sete Salões, e conforme preconiza o Roteiro Metodológico (ICMBIO, 2018) o processo de elaboração do Plano de Manejo preconizou o desenvolvimento de documentos de maneira mais objetiva e estratégica, com maior celeridade, aplicabilidade e envolvimento de outras áreas técnicas, aumentando a efetividade de gestão, reduzindo custos e o tempo de elaboração do documento.

A Figura 2 mostra as relações dos elementos de um Plano de Manejo na abordagem proposta pelo ICMBIO (2018), que se baseia na construção em etapas interdependentes e geralmente com complexidade crescente. Os componentes fundamentais desta metodologia incluem o propósito, as declarações de significância, bem como os recursos e valores fundamentais da UC, que serão os elementos norteadores das etapas posteriores.

São elementos constituintes do Plano de Manejo desta nova abordagem de elaboração:

- **Propósito**
- **Significância**
- **Recursos e Valores fundamentais**
- **Avaliação da necessidade de dados e planejamento**
- **Subsídios para interpretação ambiental**
- **Zonas de Manejo**
- **Atos legais, administrativos e normais gerais.**

Figura 2. Elementos que compõem um Plano de Manejo, segundo metodologia do ICMBIO (2018).



Fonte: ICMBio (2018).

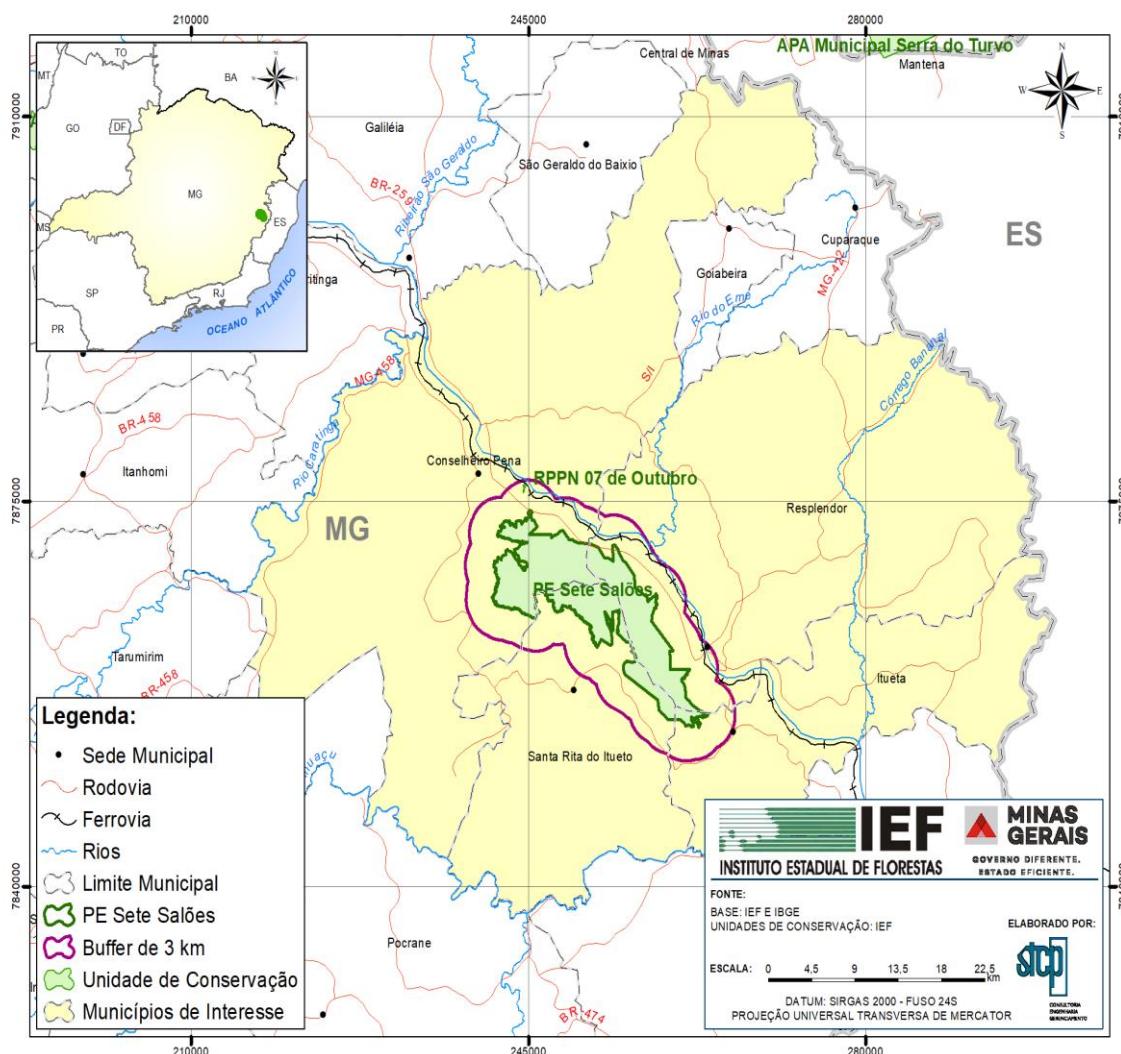
3. PARTE 1: COMPONENTES FUNDAMENTAIS

Os componentes principais de um Plano de Manejo incluem uma breve descrição da UC, seu propósito, as declarações de significância e os recursos e valores fundamentais. Esses componentes são considerados fundamentais porque geralmente estão relacionados à razão de existir da UC e não mudam com o tempo, devendo ser considerados em planos e esforços de manejo futuros (ICMBIO, 2018).

3.1. FICHA TÉCNICA DO PESS

FICHA TÉCNICA - PARQUE ESTADUAL DE SETE SALÕES						
Órgão Gestor	Instituto Estadual de Florestas - IEF					
Categoria e Grupo	Parque Estadual-Proteção Integral					
Endereço	Sede Administrativa do Parque Estadual de Sete Salões Endereço: Rua Agenor de Andrade, 1491. Centro. Conselheiro Pena- MG. Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce					
Telefone	(33) 3261-1048					
E-mail	setesaloes@meioambiente.mg.gov.br					
Site	http://www.ief.mg.gov.br/unidades-de-conservacao/214					
Redes sociais	https://www.instagram.com/pe.setesaloes/ https://pt-br.facebook.com/setesaloes/					
Área da UC (ha)	12.520,90					
Perímetro da UC (m)	119.758					
Município e percentual abrangido pela UC	Conselheiro Pena (38,6%), Itueta, (2,4%), Resplendor (33,5%) e Santa Rita do Ituêto (25,5%)					
Bacia Hidrográfica	Rio Doce					
Unidade da Federação	Minas Gerais					
Coordenadas Geográficas	<table border="1"> <tr> <td style="text-align: center;">Norte 24S 245141.79 m E, 7874187.17 m S 19°12'35.17"S, 41°25'26.19"O</td><td style="text-align: center;">Leste 24S 263597.99 m E, 7855686.09 m S 19°22'44.69"S, 41°15'2.86"O</td></tr> <tr> <td style="text-align: center;">Sul 24S 262699.83 m E; 7854466.33 m S 19°23'23.96"S, 41°15'34.17"O</td><td style="text-align: center;">Oeste 24S 241243.23 m E, 7866258.30 m S 19°16'51.12"S, 41°27'43.43"O</td></tr> </table>		Norte 24S 245141.79 m E, 7874187.17 m S 19°12'35.17"S, 41°25'26.19"O	Leste 24S 263597.99 m E, 7855686.09 m S 19°22'44.69"S, 41°15'2.86"O	Sul 24S 262699.83 m E; 7854466.33 m S 19°23'23.96"S, 41°15'34.17"O	Oeste 24S 241243.23 m E, 7866258.30 m S 19°16'51.12"S, 41°27'43.43"O
Norte 24S 245141.79 m E, 7874187.17 m S 19°12'35.17"S, 41°25'26.19"O	Leste 24S 263597.99 m E, 7855686.09 m S 19°22'44.69"S, 41°15'2.86"O					
Sul 24S 262699.83 m E; 7854466.33 m S 19°23'23.96"S, 41°15'34.17"O	Oeste 24S 241243.23 m E, 7866258.30 m S 19°16'51.12"S, 41°27'43.43"O					
Decreto de Criação	Decreto nº 39908, de 22 de setembro de 1998					
Bioma	Mata Atlântica					
Ecossistemas	Campo rupestre, Floresta Estacional Semidecidual e áreas de transição, formações rochosas e caverna.					
Patrimônio arqueológico	Conjunto Natural Paisagístico e Arqueológico Serra da Onça, abrangendo sítio da Lapa, sítio Pedra Letreiro e sítio Lapa da Onça, tombados pelo Decreto nº 1.329 de 2002 da Prefeitura de Conselheiro Pena, além da Caverna de Sete Salões, outras pinturas rupestres.					
Situação Fundiária	0,2% regularizado					
Atividades conflitantes	Pecuária, agricultura, caça, coleta irregular de produtos da flora, presença de espécies exóticas, atividades motorizadas fora de estrada, visitação desordenada, limites da UC, incêndios florestais, falta de regularização fundiária, moradias.					

Figura 3. Mapa de localização do Parque Estadual de Sete Salões, no estado de Minas Gerais.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda (2021).

3.2. BREVE DESCRIÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE SETE SALÕES

O Parque Estadual de Sete Salões (PESS) está situado nos municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Ituêto, inserido na bacia hidrográfica do rio Doce no estado de Minas Gerais. É considerado um importante remanescente do Bioma Mata Atlântica por apresentar um mosaico de vegetação de campo rupestre, associado a afloramentos rochosos e Floresta Estacional Semidecidual (IEF, 2021).

A unidade geomorfológica que caracteriza o relevo nos limites do PESS é a Serra da Mantiqueira Setentrional, marcado pela presença de gargantas estreitas e abismos, além de vales e planícies aluviais soerguidas, sendo que grande parte da UC apresenta relevo fortemente ondulado a montanhoso. As altas declividades dentro do PESS contribuem para a existência de aproximadamente 180 nascentes, elevando sua importância nos processos de recargas hídricas regionais. Em relação aos serviços ecossistêmicos, também contribui significativamente para o abastecimento das comunidades do entorno devido à presença de vários córregos que se constituem-também como recurso essencial para a fauna e flora.

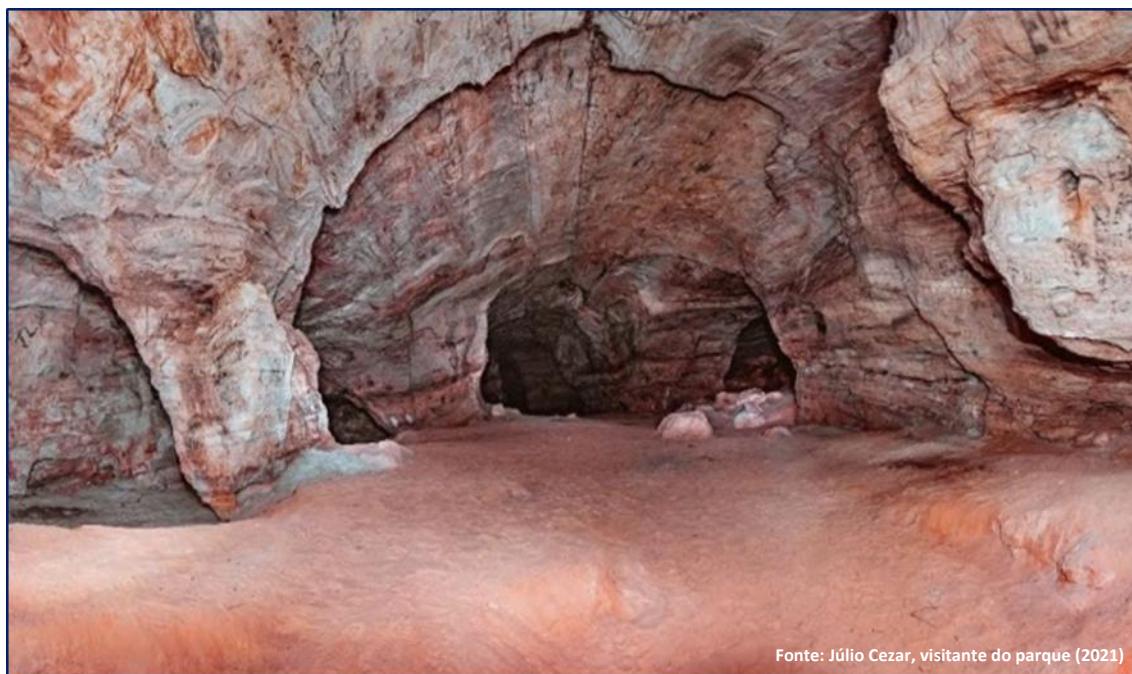
O PESS conta com outras atrações como o Pico do Garrafão, ponto culminante da área protegida que compõe a beleza do cenário com seus 1.135 metros de altitude, com vista privilegiada para o Vale do Rio Doce, o Conjunto Natural, Paisagístico e Arqueológico da Serra da Onça; o mirante do Mandengo e várias cachoeiras (IEF, 2021).

Figura 4. Vista parcial do complexo rochoso denominado Catedral.



O relevo de onulado a montanhoso favorece um rico mosaico vegetacional, composto por campos rupestres e afloramentos rochosos associados a maiores altitudes, bem como a Floresta Estacional Semidecidual Montana e Floresta Estacional Semidecidual Submontana onde foi possível a formação de solo. Ressalta-se a presença de áreas antropizadas principalmente nas baixadas, as quais são ocupadas por pastagens, cultivos agrícolas e residências (Figura 6).

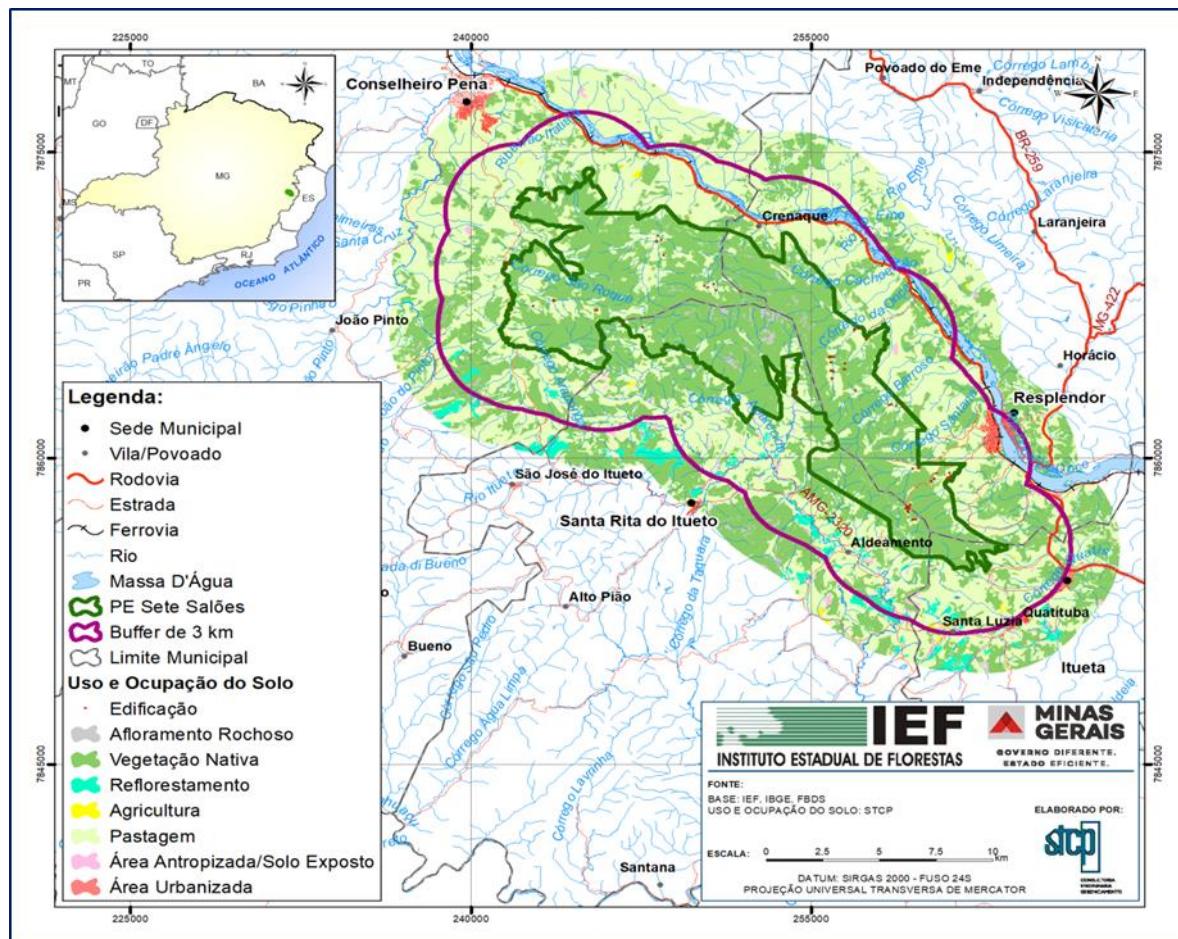
Figura 5. Caverna Sete Salões



Fonte: Júlio Cesar, visitante do parque (2021)

Dentro desta paisagem rica em formações rochosas, destaca-se ainda a existência da Caverna Sete Salões, que dá nome do parque, formada por rochas quartzíticas, com projeção horizontal de 450 metros e desnível de 15 metros. A Caverna recebe visitação desde a década de 1920, sendo o atrativo turístico mais conhecido e visitado da UC, existindo uma relação forte da população regional com a visitação da caverna, principalmente entre os mais jovens e aventureiros.

Figura 6. Mapa de uso e ocupação do solo do Parque Estadual de Sete Salões.



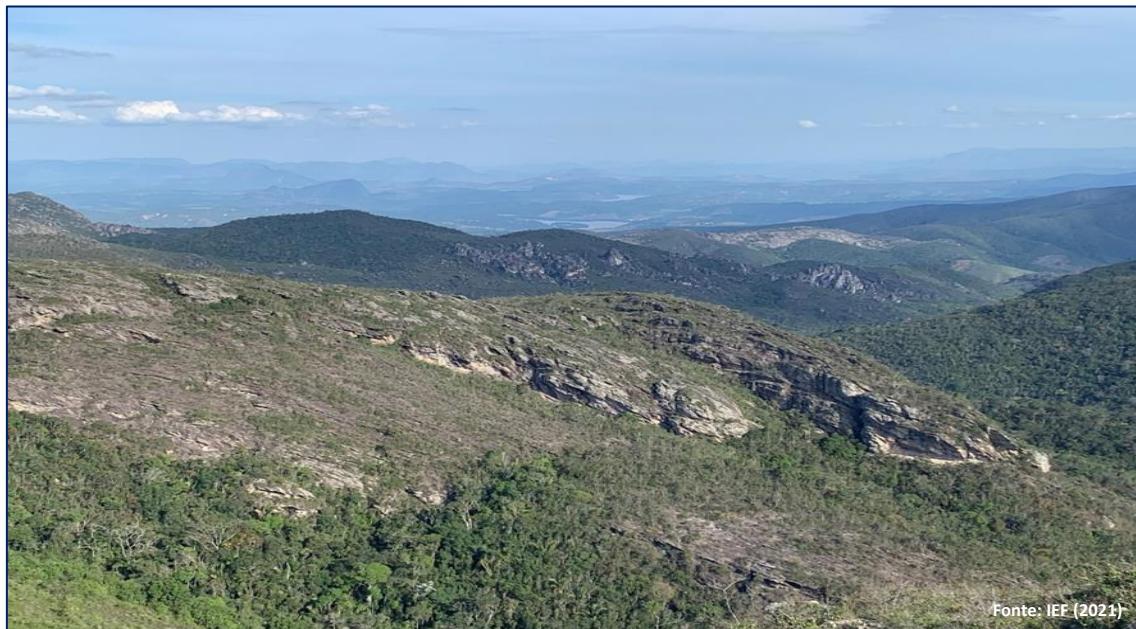
Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda (2021).

Tabela 1. Uso e ocupação do solo no PESS e seu entorno.

USO	PESS		ENTORNO		TOTAL
	ha	%	ha	%	
Vegetação nativa	10.413,17	74,74	7.638,36	30,269	18.051,53
Pastagem	3.234,70	23,22	15.583,67	61,754	18.818,37
Afloramento rochoso	214,21	1,54	46,68	0,185	260,89
Estrada	51,55	0,37	359,89	1,426	411,44
Área antropizada	17,56	0,13	249,13	0,987	266,69
Agricultura	0,99	0,01	63,75	0,253	64,74
Área urbanizada	0	0,00	128,51	0,509	128,51
Hidrografia	0,03	0,00	775,08	3,071	775,11
Reflorestamento	0	0,00	346,59	1,373	346,59
Solo exposto	0	0,00	43,4	0,172	43,40
TOTAL GERAL	13.932,21	100	25.235,06	100	39.167,27

Nas formações de campos rupestres há ocorrência de endemismos e alta riqueza florística, em função da natureza insular de sua localização em grandes altitudes e às condições ambientais especiais que estão submetidas desta forma, nos refúgios vegetacionais sobre afloramento rochoso granítico as espécies são adaptadas ao estresse climático e à escassez de água e solo no local. Este complexo vegetacional rupestre é um importante hábitat para a fauna cujas fendas das rochas proporcionam proteção para anfíbios, répteis e locais de nidificação de aves.

Figura 7. Vista do Pico Garrafão – Campo Rupestre e Floresta Estacional Semidecidual nos vales e talvegues.



Este mosaico vegetacional abriga ainda uma rica fauna associada, havendo registro na UC de ocorrência de grandes e médios mamíferos, além da grande variedade de espécies da herpetofauna e avifauna (IEF, 2021). Conforme resultados do Estudo de Avaliação dos Impactos e Monitoramento de Populações e Comunidades da Fauna Terrestre nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, entre os anos de 2018 e 2019, fomentado pela Fundação Renova, e executado pela empresa Bicho do Mato Meio Ambiente, o total geral de espécies e morfoespécies da fauna registradas para o PESS foi de 433. O estudo aponta que nem todos os registros foram definidos, principalmente para invertebrados, para os quais é comum que as espécies não sejam completamente definidas sem uma ampla revisão taxonômica, permanecendo, portanto, como morfoespécies.

Com relação à mastofauna, o estudo citado em epígrafe identificou 11 pequenos e 14 médios e grandes mamíferos, além de 08 espécies de morcegos, dentre as quais se destaca *Glossophaga soricina*, por ser uma espécie nectarívora. Outro estudo realizado pela pesquisadora Ludmila Hufnagel do Laboratório de Ecologia e Conservação da UFMG em 2020 (Anexo IV da Caracterização do PESS, 2021), registrou diversas espécies de mamíferos tais como *Cerdocyon thous* (cachorro-do-mato), *Leopardus guttulus* (gato-do-mato), *Leopardus pardalis* (jaguatirica), *Eira barbara* (irara), *Procyon cancrivorus* (mão-pelada), *Dasyurus novemcinctus* (tatu-galinha), *Sylvilagus brasiliensis* (tapeti) e *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim) e *Dasyprocta leporina* (cutia), sendo que a riqueza de mamíferos da ordem

Carnivora e Rodentia apresentou maior número de espécies registradas no estudo em questão.

Figura 8. Registro de irara realizado no PESS.



Espécies semiaquáticas como *Hydrochoerus hydrochaeris* (capivara) e *Eira barbara* (irara) também são registradas no PESS, sendo que a presença destas espécies pode ser considerado um indicativo da qualidade ambiental (SANTOS e REIS, 2012). As espécies herbívoras como paca (*Cuniculus paca*), cutia (*Dasyprocta azrael*) e o gambá (*Didelphis aurita*), constituem-se como importantes dispersores de sementes, desempenhando papel fundamental na manutenção da diversidade de árvores da floresta, sendo sua ocorrência na UC um indicativo da alta riqueza de espécies vegetais (CANTOR et al., 2010). Do mesmo modo, o registro de mamíferos de grande porte como a onça-parda (*Puma concolor*) e jaguatirica (*Leopardus pardalis*) servem como espécies bioindicadoras da qualidade do habitat, devido a sua sensibilidade a alterações antrópicas, uma vez que estes animais exigem de extensas áreas conservadas para manter sua sobrevivência (ICMBio, 2018).

Figura 9. Registros de fauna do PESS



Legenda: (A) registro de onça parda; (B) registro de jaguatirica.

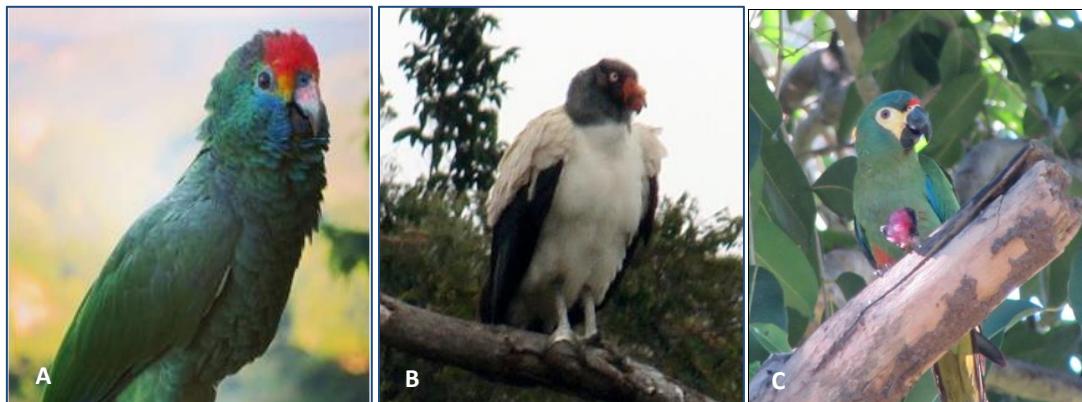
Fonte: (A) e (B) UFMG (2020)

Com relação à herpetofauna, levantamentos secundários realizados por Ekos Brasil (2019) apontam a ocorrência potencial de 41 espécies de anfíbios e 42 espécies de répteis. Outro estudo (Fundação Renova, 2019), realizado no PESS e em sua ZA, identificou 21 espécies dentre répteis e anfíbios. De toda forma, os resultados ainda demonstram um grande desconhecimento da biodiversidade com relação a estes grupos, haja vista o baixo esforço amostral em relação à extensão da UC.

Com relação às espécies de maior relevância e de interesse para a conservação da biodiversidade, de acordo com o estudo da Ekos Brasil (2019), foram catalogadas seis espécies com registro para a UC, destacando-se a ocorrência de uma espécie nova de perereca *Bokermannohyla* sp., até o momento registrada apenas no PE Sete Salões, e dos anfíbios *Oolygon* sp., *Phasmahyla* sp., *Hylodes* sp. e *Leptodactylus* aff. *spixi* que ainda não foram identificadas até o nível específico e também são potencialmente espécies novas para a ciência. Outro destaque foi a ocorrência de uma espécie de réptil que se encontra ameaçada de extinção, o cágado-da-serra (*Hydromedusa maximiliani*), considerada espécie bioindicadora da qualidade ambiental por viver em riachos bem conservados (VOGT *et al.*, 2015).

Para a avifauna, o estudo conduzido pela Bicho do Mato (2019), identificou 121 espécies na UC sua ZA. Outro levantamento para a região (BEGE e MARTERER, 1991), catalogou 179 espécies de aves, sendo algumas destas consideradas bioindicadores pela dependência de florestas primárias como as espécies *Crypturellus obsoletus*; *Crypturellus tataupa*; *Penelope obscura*; *Aramides saracura*; *Pyrrhura frontalis*; *Xiphorhynchus fuscus*; *Basileuterus culicivorus*; *Chiroxiphia caudata*; *Tolmomyias sulphurescens*; *Leptopogon amaurocephalus*; *Mackenziaena leachii*; *Pyriglena leucoptera*; *Tachyphonus coronatus*; *Turdus flavipes* (LIMA, 2013). As espécies endêmicas registradas são *Amazona vinacea*, *Thalurania glaukopis*, *Veniliornis maculifrons*, *Formicivora serrana*, *Thamnophilus ambiguus*, *Dendrocicla turdina*, *Lepidocolaptes squamatus*, *Chiroxiphia caudata*, *Todirostrum poliocephalum*, *Tachyphonus coronatus*, *Tangara cyanoventris* e *Tangara ornata*, sendo que *Amazona vinacea* (papagaio-de-peito-roxo); *Amazona rhodocorytha* (chauá) e *Pseudastur polionotus* (gavião-pombo-grande) são espécies que se encontram ameaçadas de extinção.

Figura 10. Registros realizados no PESS.



Legenda: (A) Papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), (B) Urubu-rei (*Sarcoramphus papa*) e (C) Maracanã-verdadeiro (*Primolius maracana*). Fonte: IEF(2021).

Com relação aos invertebrados, o estudo da Fundação Renova (2019) levantou 49 morfoespécies de abelhas, 18 morfoespécies de besouros, 51 espécies de borboletas, 118 morfoespécies de formigas e 28 espécies de invertebrados aquáticos, o que indica a grande relevância da UC para a conservação desses grupos, com destaque para as espécies polinizadoras que cumprem um importante papel para a conservação de espécies vegetais.

À riqueza natural da área acrescentam-se aspectos históricos, etnográficos e arqueológicos que ampliam sua relevância e sua atratividade para o uso público. Neste sentido, a região do PESS abriga importantes complexos arqueológicos, alguns deles foram tombados pela Prefeitura de Conselheiro Pena, através do Decreto Municipal nº 1.329 de 10 de abril de 2002 que formam o Conjunto Paisagístico e Arqueológico da Serra da Onça, o qual abriga três sítios de artefatos arqueológicos compostos por pinturas rupestres nas paredes internas e externas de abrigos no sítio da Lapa, sítio Pedra Letreiro e sítio da Onça (BAETA E MATTOS, 1994; NEVES E PILÓ, 2008).

A UC abriga ainda o sítio Pedra Pintada, que apresenta pinturas rupestres atribuídas aos antepassados dos índios krenak, representando grande valor simbólico e sagrado para a tribo (BAETA E MATTOS, 1994). A Caverna Sete Salões também se constitui em importante bem cultural de valor etnológico, referência na cosmologia atual do grupo Krenak (BAETA e MATTOS, 2007).

Figura 11. Sítio arqueológico da Pedra do Letreiro.



Diante da paisagem exuberante e rico contexto, o PESS oferece diversas trilhas e travessias que acessam os atrativos turísticos, naturais, paisagísticos e arqueológicos como a Trilha da Palmeira que dá acesso a Caverna de Sete Salões e o Pico do Garrafão, a Travessia do

Krenak/Palmeira, Trilha do Alegre, etc., demonstrando o alto potencial para atividades de ecoturismo.

O contexto histórico cultural regional também enriquece o potencial turístico da área, cujos registros históricos datam dos processos de colonização no início do século XVII, resultando em intensos conflitos com os índios botocudos, puris e nômades aimorés que habitavam a região na mesma época. Ressalta-se que na margem oposta do Rio Doce com relação ao PESS, ainda existe uma área indígena dos Krenak – povo representante do troncolingüístico-cultural Macro-Jê, os quais conforme BAETA e MATTOS, 2007, configuram-se atualmente como um rearranjo de grupos Borún diversificados, historicamente denominados Botocudos (em Minas Gerais, no século XIX).

Atualmente, as principais ameaças e pressões sobre o PESS estão relacionadas às atividades antrópicas, como a criação de gado e pastoreio, atividades de plantio de culturas exóticas, atividades minerárias, atividades estas cuja regulação é dificultada pela falta de regularização fundiária da UC. A falta de regularização fundiária juntamente com a implantação e ampliação de ocupações irregulares, bem como a visitação desordenada são vetores de pressão importantes, muitas vezes associados à caça, coleta de espécimes vegetais e incêndios florestais.

Com relação à gestão da UC, o PESS atualmente conta com uma equipe de 04 pessoas, não contando com sede em seu interior, e sim uma sede alugada localizada no município de Conselheiro Pena. As principais atividades desenvolvidas pela equipe são o monitoramento e fiscalização, a educação ambiental e comunicação, a prevenção, controle e combate a incêndios florestais, conselho consultivo, além de atividades administrativas e operacionais relacionadas à gestão, à regularização fundiária da UC e às demais atividades citadas.

Figura 12. Atividades de educação ambiental nas comunidades do entorno da UC.



A equipe da UC realiza monitoramentos diários em todo o território da Unidade, visando ter maior controle das atividades realizadas nas imediações do PESS e um bom relacionamento com moradores e proprietários. Durante as atividades de fiscalização são avaliadas as condições das estradas, trilhas, vegetação, bem como enriquecem o inventário de fauna e flora.

Quanto a atividades irregulares, os Relatórios Anuais apontaram que a maior parte das mesmas tem relação direta com a falta de regularização fundiária. São intervenções ilegais que ocorrem dentro das propriedades rurais, e que não condizem com os objetivos de conservação do PESS, e são denunciadas junto a Polícia Militar e ao Núcleo de Denúncia e Requisições – NUDEN.

As atividades de monitoramento e fiscalização identificaram ainda casos de vandalismo e depredações no PESS, sobretudo às placas indicadoras e a caverna do Parque.

Com relação às atividades de educação ambiental, a grande maioria das ações tem em vista o envolvimento da comunidade, que é indispensável para atingir os objetivos de criação da UC e destacadamente a prevenção de incêndios florestais. De modo que a quadro técnico do PESS desenvolve várias atividades com as populações locais. Foram registrados ao menos nove eventos de educação ambiental por ano, desde 2016, com a participação de não menos 2.200 pessoas. O público-alvo destes eventos centrou-se em: alunos, brigadistas, proprietários, entidades públicas e comerciantes.

Com relação ao combate a incêndios florestais nos últimos anos foram registradas no PESS e entorno ao menos três ocorrências por ano, o que demanda tanto um trabalho educativo por parte da UC, quanto o próprio combate aos incêndios florestais. O PESS conta com a contratação temporária de brigadistas e com o apoio da brigada contratada com recursos da compensação minerária. Assim para cobrir esta demanda, a UC trabalha ainda em parceria com a Brigada Sete Salões, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental e os municípios de Conselheiro Pena, Itueta, Resplendor e Santa Rita do Ituêto.

Ressalta-se que em 2017 foi feito ainda um monitoramento aéreo, a fim de avaliar atividades de combate a incêndios florestais. O objetivo foi verificar a condição e distância das pistas de pouso e decolagem em casos de usos de aeronaves e realizar um sobrevoo com intuito de reconhecimento.

Com relação aos instrumentos de gestão participativa, o PESS conta com conselho consultivo instituído pela Portaria IEF nº 133 de 10 de novembro de 2014 e reconduzido através da Portaria IEF nº 131 de 03 de dezembro de 2020. Atualmente, possui 27 membros representando diversas instituições, tais como Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, Instituto Estadual de Florestas, Polícia Militar de Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros, Sindicato de Produtores Rurais, Instituto Terra, EMATER, dentre outras. Ressalta-se que as reuniões do Conselho Consultivo ocorriam trimestralmente e itinerantes nos municípios de abrangência da UC, para uma melhor participação da comunidade. Após a pandemia COVID 19, as reuniões passaram a ocorrer por videoconferência.

Com relação à regularização fundiária, até 2019, 113 propriedades foram cadastradas, mas não regularizadas, uma propriedade foi regularizada e uma propriedade estava em processo de regularização, restando ainda 5.237,41 ha da área da UC sem cadastro.

Conforme dados obtidos junto ao CAR e do INCRA, foram identificados 683 registros dentro do PESS, com ocorrência de cadastros que inclusive se sobrepõem, de modo que tais dados devem ser considerados com ressalva, principalmente considerando que os cadastros do CAR são auto declaratórios e ainda não passaram pela etapa de validação.

3.3. PROPÓSITO DA UC

O propósito de uma UC baseia-se na análise da sua razão de existência, incluindo os estudos prévios e objetivos previstos no decreto de criação e em harmonia com a legislação aplicável, sintetizando a essência da UC.

Assim, o propósito para o PESS construído na oficina de planejamento é:

“O Parque Estadual de Sete Salões protege a biodiversidade de um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce; contribui para a disponibilidade e qualidade de recursos hídricos dos municípios de abrangência da bacia do rio Doce; conserva importante patrimônio espeleológico, arqueológico e paisagístico, em especial a caverna dos Sete Salões, com grande potencial para pesquisas científicas, educação ambiental e ecoturismo, favorecendo a conexão com a natureza e o desenvolvimento socioeconômico sustentável da região.”

3.4. DECLARAÇÕES DE SIGNIFICÂNCIA

As declarações de significância expressam os principais aspectos que justificam sua criação e integração nos sistemas federal e estadual de UC, estando diretamente ligadas ao seu propósito. Descrevem a natureza única da UC e destacam sua relevância do contexto global ao regional. Essas declarações orientam as decisões de manejo e o planejamento da UC, subsidiadas no conhecimento disponível, percepções culturais e consenso (ICMBio, 2018).

O Parque Estadual de Sete Salões possui **seis declarações** de significância:

- 1)** *O PESS cumpre relevante papel na proteção e conservação das várias formas de vida, serviços ecossistêmicos, protegendo grande número de nascentes de água de elevada qualidade e quantidade, auxiliando no abastecimento do rio Doce e do lençol freático, abrigando polinizadores, animais e plantas, contribuindo para a captura e armazenamento de carbono, manutenção das condições climáticas e para a sustentabilidade e qualidade de vida das comunidades da região.*
- 2)** *As paisagens singulares e a rica beleza cênica do PESS são compostas por mirantes que oferecem vistas maravilhosas do Vale do Rio Doce, como o Pico do Garrafão (cerca de 1.145 m) e Alto do Mandengo (cerca de 808 m), com ambientes que variam de florestais a campestres, incluindo formações rochosas que mexem com o imaginário do visitante como Pedra da Galinha, Catedral, Fenda, Boiadeiro e outras, que formam o conjunto*

natural paisagístico e arqueológico da Serra da Onça, o qual abrange pinturas rupestres que nos conectam a tempos antigos e outras linguagens. Mirantes, trilhas, cachoeiras e outros atrativos favorecem seu grande potencial de desenvolvimento do ecoturismo, turismo de aventura e observação de vida silvestre.

- 3)** *O PESS contempla um conjunto natural paisagístico com destaque para a Serra da Onça, que abriga seis sítios arqueológicos rupestres denominados Pedra Pintura, Boiadeiro, Pedra do Letreiro, Lapa, Onça e Zé Barbeiro, também considerados espaços simbólicos, míticos/místicos e de conexão espiritual para o povo indígena Krenak, habitante da região de médio rio Doce, e com valor religioso para as comunidades do entorno.*
- 4)** *O PESS tem alto potencial para pesquisas científicas, em função de sua rica biodiversidade, que inclui espécies novas e raras recentemente descobertas na UC, tais como alguns anfíbios dos gêneros Bokermannohyla, Oolygon, Phasmahyla, Hylodes e Leptodactylus e a erva Chresta filicifolia. O patrimônio espeleológico e arqueológico também se destacam quanto ao potencial científico da UC.*
- 5)** *A Caverna de Sete Salões, que dá nome ao Parque, se desenvolve em quartzitos da formação João Pinto, possui um padrão labiríntico com cerca de quatrocentos metros de desenvolvimento e quinze metros de desnível e é o elemento de maior destaque do Parque, sendo um atrativo histórico de visitação e referência no imaginário popular, também considerada um sítio sagrado pelo povo Krenak.*
- 6)** *O PESS, com seus 12.520 hectares, representa um dos principais remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce, caracterizado por um importante mosaico vegetacional de campos rupestres, onde se destaca o registro de uma espécie de erva, e de Floresta Estacional Semideciduosa, com destaque para a presença de remanescentes com aspectos originais da formação Montana. A rica biodiversidade do Parque abriga espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora, como a jaguatirica, a onça-parda, o gato-do-mato-pequeno, o papagaio-do-peito-roxo, o palmito-juçara, o cágado-da-serra, a canela-de-ema e a braúna, proporcionando inclusive o registro de espécies novas para a ciência.*

Figura 13. Parque Estadual Sete Salões, beleza cênica, biodiversidade história e cultura.



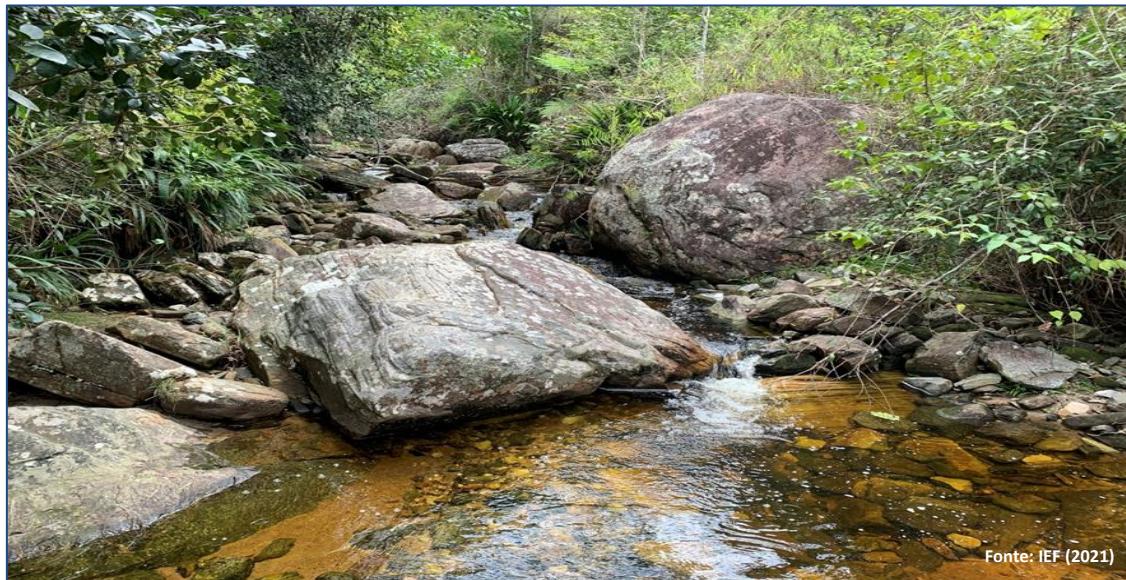
3.5 RECURSOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os recursos e valores fundamentais são aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, processos ecológicos ou geológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, paisagísticos e outros atributos, incluindo serviços ecossistêmicos, que em conjunto são representativos de toda a UC. Desta forma, garantir a conservação e uso público dos recursos e valores fundamentais é uma das maiores responsabilidades da gestão da UC, pois se degradados, tanto o propósito quanto a significância da unidade podem estar em risco.

Foram identificados **seis recursos e valores fundamentais** para o Parque Estadual de Sete Salões, os quais são identificados por uma palavra-chave que resume seu enunciado, conforme segue:

Recursos hídricos: abriga 180 nascentes e 26 córregos garantindo a segurança hídrica das comunidades do entorno. No que tange a captação de água para uso público, alguns córregos que cruzam a UC são responsáveis pelo abastecimento da população. O abastecimento da Comunidade de São Roque (Conselheiro Pena) é feito pelo Córrego Boa Vista. Já a comunidade de Aldeamento (Santa Rita do Itueto) é abastecida pelo Córrego Boa Esperança. Ressalta-se que o Córrego Barroso contribui para o abastecimento de Resplendor.

Figura 14. RVF Recursos hídricos - curso d'água no interior da UC.



Elementos paisagísticos de grande beleza cênica: oferece grande beleza cênica, com paisagens exuberantes devido, principalmente, ao relevo montanhoso (altitudes variando entre 800 e 1.159 m), servindo de atrativo turístico de contemplação e de forte conexão com a comunidade regional. Destacam-se dentre tais elementos o Pico do Garrafão, Catedral, Mirante do Mandengo, Pedras da Galinha, Catedral, Fenda, Boiadeiro, Sapo e outros atrativos, potencializam o turismo oportunizando uma experiência de contemplação e aventura, além de uma percepção das variações climáticas gerando sensação de bem-estar para visitantes do Parque. Ainda, mantém remanescentes originais de Mata Atlântica / Floresta Estacional e Campos Rupestres.

Figura 15. RVF Elementos paisagísticos de grande beleza cênica – Conjunto de formações rochosas sob a denominação de “Catedral”.

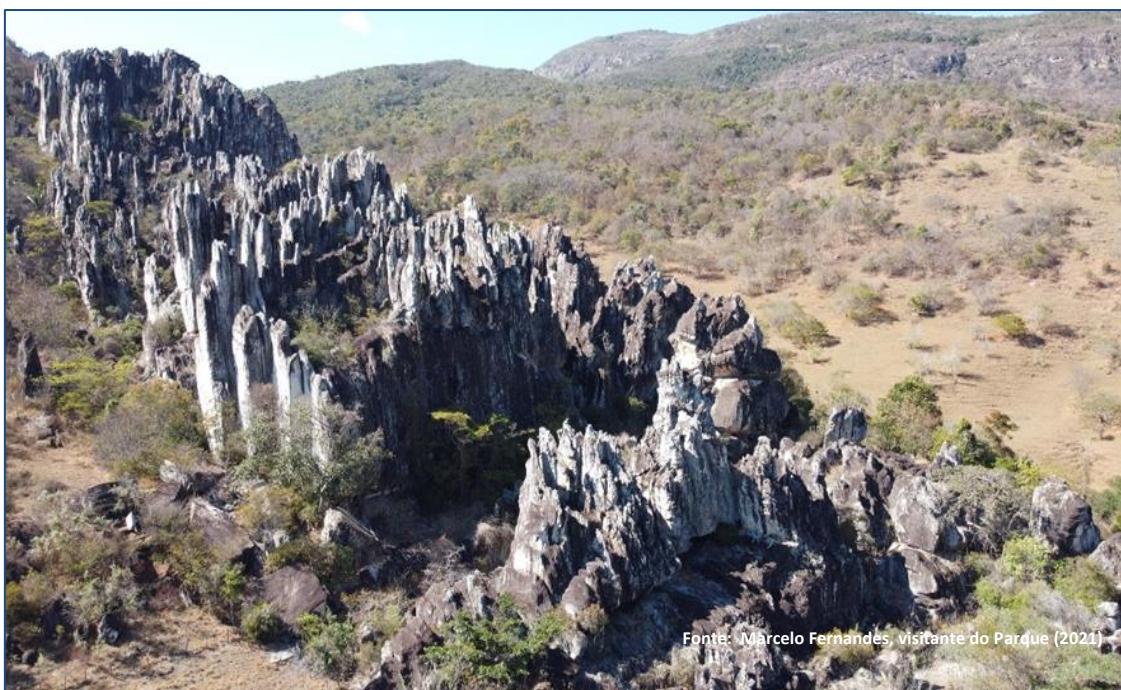
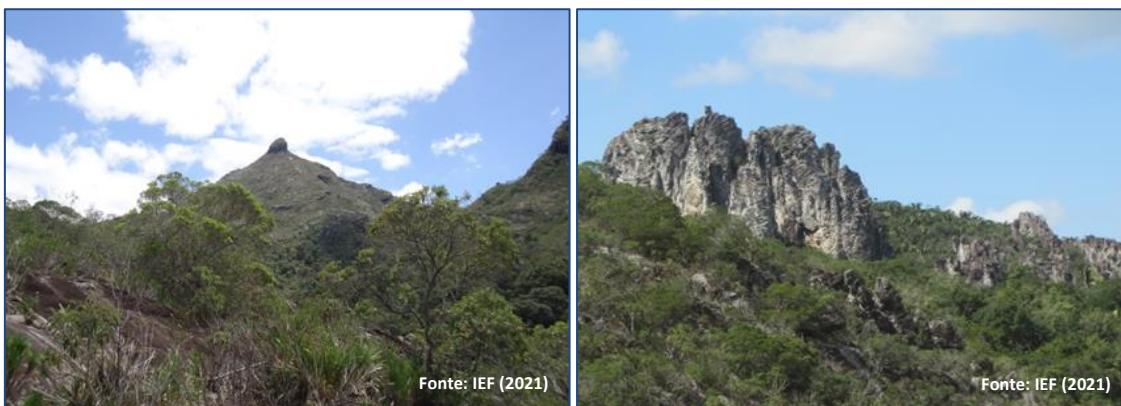
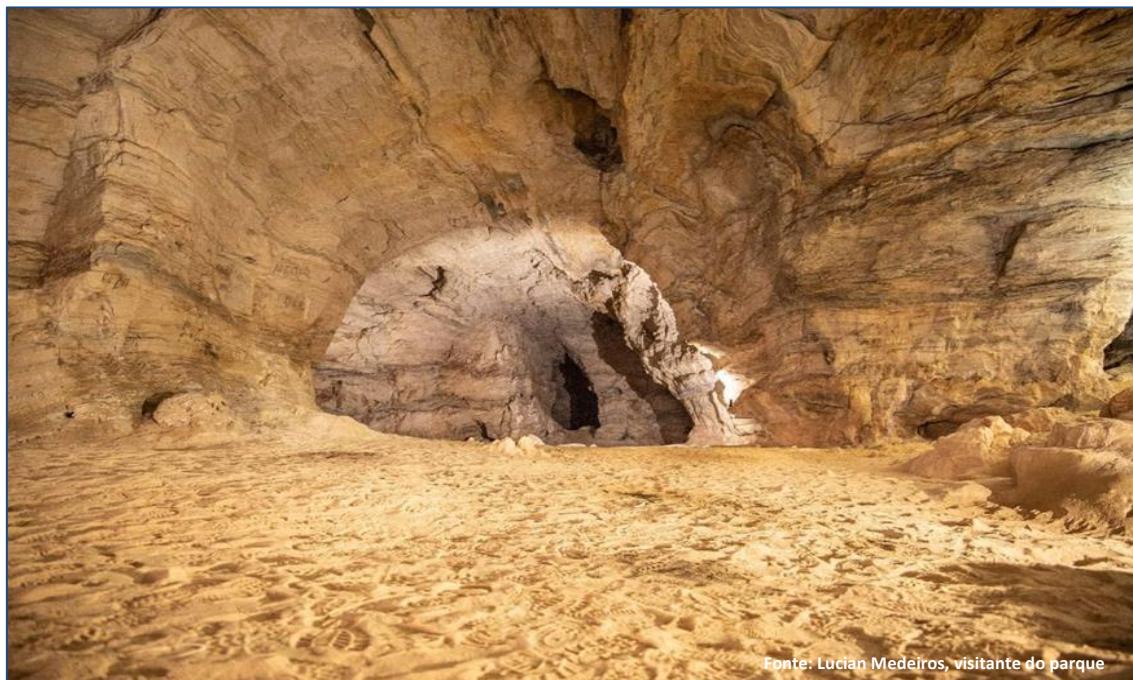


Figura 16. Pico do garrafão e formações rochosas associadas à Mata Atlântica.



Caverna de Sete Salões: é o principal atrativo do Parque, com registros históricos de visitação desde a década de 1920, considerada um sítio sagrado para o povo Krenak e outros povos tradicionais e com valor religioso para as comunidades do entorno, reunindo características muito relevantes e singulares, incluindo seu formato de labirinto, sua extensão de cerca de quatrocentos metros, seu desnível de quinze metros, aguçando o imaginário, enriquecendo o potencial científico e turístico do Parque.

Figura 17. RVF Caverna Sete Salões.



Mosaico de vegetação com campos rupestres e Floresta Estacional Semidecidual e biodiversidade associada: sendo parte dos remanescentes de Mata Atlântica do médio rio Doce, esse mosaico é resultado das diferentes formas de relevo e variações de altitude. A variação de altitude proporciona diversificada fitofisionomia, integrando Florestas Estacionais Semideciduais, Submontana, Montana e campos rupestres nos topos de morro.

Figura 18. Grande diversidade e beleza da flora do PESS – Registros realizados no PESS.



Legenda: (A) *Drosera tomentosa*; (B) *Pleroma* sp.; (C) *Vellozia variegata*

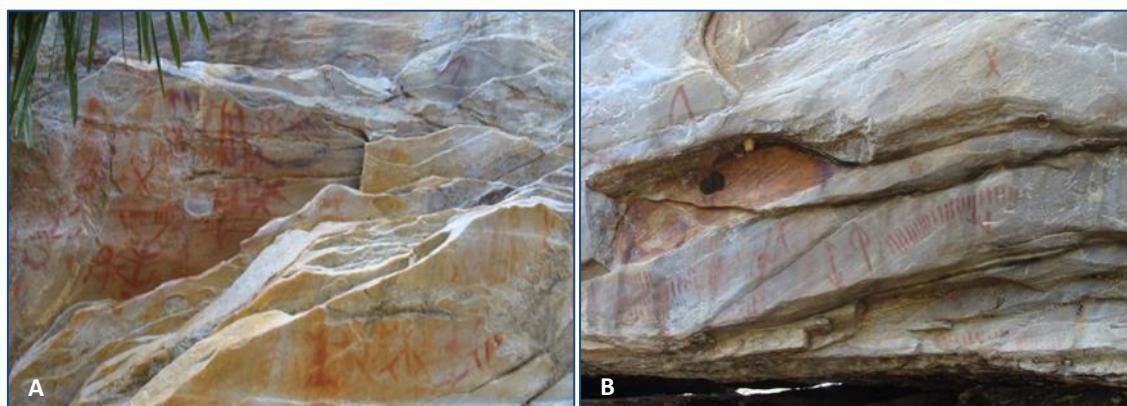
Fonte: IEF (2021)

Figura 19. Importantes remanescentes de Mata Atlântica associados a campos rupestres.



Patrimônio arqueológico e histórico-cultural: o complexo natural paisagístico arqueológico Serra da Onça é composto por vários painéis de pinturas rupestres e confere ao PESS importância arqueológica indicando a passagem de povos pré-históricos pela região. O PESS abriga seis sítios arqueológicos rupestres denominados Pedra Pintura, Boiadeiro, Pedra do Letreiro, Lapa, Onça e Zé Barbeiro, propiciando diferentes formas de percepção para visitantes e de apropriação para o povo Krenak. Resguarda ainda elementos/símbolos de relevância histórico-cultural para o povo indígena Krenak que considera a Caverna Sete Salões como local sagrado.

Figura 20 RVF Patrimônio arqueológico e histórico cultural.



Legenda: (A) e (B) Sítio Arqueológico Pedra do Letreiro.

Fonte: IEF (2021)

Atrativos, trilhas e roteiros turísticos: apresenta distintos tipos de relevo, fitofisionomias, trilhas de curto e longo percurso, fendas e caverna, que proporcionam várias experiências recreativas e de lazer em contato com a natureza e projetam o grande potencial do Parque e seu entorno para o desenvolvimento do turismo sustentável como estratégia para sua conservação. Destacam-se a Trilha da Palmeira-Santa Rita, Trilha do Krenak ou Córrego da Onça, Trilha do Alto Aparecida, entre outras a serem planejadas. Historicamente é visitado pelas comunidades da região para diferentes atividades, dentre as quais se destaca: prática de esportes radicais, ciclismo, trilhas, lazer e contemplação.

Figura 21 Vista da Trilha/Travessia da onça.



4. PARTE 2: COMPONENTES DINÂMICOS

Os componentes dinâmicos podem sofrer alterações com o tempo. Na medida em que novas situações e fatores alterem as condições e tendências dos recursos e valores fundamentais, a análise das necessidades de dados e planejamento precisará ser revisitada e revisada, assim como as questões-chave e novos atos e regulamentos, sendo esta parte do plano de manejo periodicamente atualizada.

São itens que compõem os componentes dinâmicos:

- Levantamento e análise das necessidades de dados e planejamento
- Análise dos recursos e valores fundamentais
- Análise das questões-chave
- Atlas e banco de dados de informações geoespaciais

4.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS NECESSIDADES DE DADOS E PLANEJAMENTO

A avaliação das necessidades de dados e planejamento apresenta diretrizes para o planejamento e gestão da UC, sendo essenciais para o gerenciamento dos recursos e valores fundamentais e para o cumprimento do seu propósito, além de contemplar as questões-chave, ou seja, as principais questões que se apresentam como desafios para a gestão da UC.

Esta etapa é composta por três passos: **(1) análise de recursos e valores fundamentais; (2) identificação de questões-chave; e (3) priorização das necessidades de dados e de planejamento.**

As análises de recursos e valores fundamentais (RVF) incluíram:

- Identificação da condição atual e tendências para cada RVF.
- Identificação das ameaças e oportunidades de cada RVF.
- Definição das necessidades de dados e planejamento
- Priorização das necessidades de dados e de planejamento e das questões-chave

Com a definição dos RVF e das necessidades de dados e planejamento, foram construídas tabelas separadas, com o intuito de analisar cada um dos recursos e valores fundamentais a seguir:

1. *Recursos Hídricos*
2. *Elementos paisagísticos e de grande beleza cênica.*
3. *Caverna dos Sete Salões.*
4. *Mosaico de vegetação com campos rupestres e floresta estacional semidecidual e biodiversidade associada.*
5. *Patrimônio arqueológico e histórico-cultural.*
6. *Atrativos trilhas e roteiros turísticos.*

Tabela 2. Recursos hídricos como recurso e valor fundamental do PESS

RECURSOS HÍDRICOS		
Condições atuais	APPs degradadas	
	Existência de efluentes sanitários	
	Variação do volume de água dos córregos	
	Nascentes protegidas pela própria mata existente	
Tendências	Uso desordenado e não registrado dos recursos hídricos	
	Preservação natural das nascentes	
	Áreas de APPs com tendência de recuperação e manutenção	
Ameaças	Aumento das captações de água pelos moradores para irrigação e uso doméstico	
	Algumas áreas de APPs ameaçadas pela existência de gado que acessam os córregos para beber água	
	Pressão imobiliária no entorno que poderá promover desmatamentos e prejudicando a produção de água	
	Riscos de incêndios	
Necessidades de dados	Pressão pelo aumento do uso de água para irrigação e outros usos, inclusive subterrânea.	
	Descrever o grau atual de preservação das nascentes, APPs e uso do solo.	Alta
	Elaborar levantamento de captação de água para usos diversos e o estágio atual	Média
	Impactos das propriedades e suas atividades na qualidade e quantidade da água e seu monitoramento (fitossanitários)	Média
	Levantamento de dados da captação de água subterrânea	Baixa
Necessidades de planejamento	Levantamento de dados atuais da capacidade hídrica	Baixa
	Desenvolver programa de educação ambiental/ prevenção de incêndios / monitoramento participativo voltado ao uso sustentável da água	Alta
	Rever o direcionamento das trilhas para evitar que degradem os córregos	Média
	Desenvolver projeto de proteção / cercamento de nascentes para sua proteção e recuperação, caso necessário.	Baixa
	Desenvolver projeto para recuperação de APPs	Baixa
	Desenvolver o monitoramento da vazão e qualidade da água	Baixa

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda.(2021)

Figura 22 Cachoeira do copão.

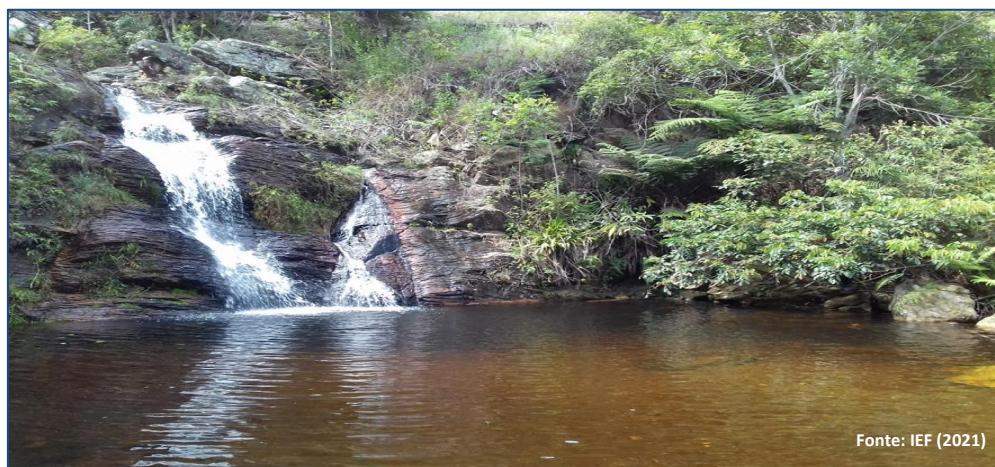


Tabela 3. Elementos paisagísticos e de grande beleza cênica como recurso e valor fundamental do PESS

ELEMENTOS PAISAGÍSTICOS E DE GRANDE BELEZA CÊNICA		
Condições atuais	Sítios arqueológicos conservados em razão da não visitação / dificuldade de acesso	
	Atrativos ainda bem conservados	
	Estradas com péssimo estado de conservação	
	Desgaste natural das pinturas rupestres	
Tendências	Existência de erosões	
	Lixo no Pico do Garrafão decorrentes de <i>campings</i>	
	Visitação desordenada	
	Aumento da ação, agricultura e pecuária, de proprietários rurais em razão da falta de regularização fundiária.	
Ameaças	Atividade motorizada fora de estradas-trilheiros.	
	Degradação da flora do Pico do Garrafão	
	Cultura do fogo como forma de limpeza de pastos	
	Dificuldade de fiscalização em razão dos acessos	
Necessidades de dados e/ou SIG	Erosão nas proximidades da pedra do Letreiro	
	Lavra e extração de granitos na ZA, que ocorre de forma irregular.	
	Identificar áreas degradadas e vulneráveis	Média
	Recuperação de áreas degradadas (erosão, voçoroca etc.) a partir de parcerias, cuidando das prioritárias.	Alta
Necessidades de planejamento	Implantar programa de regularização fundiária	Alta
	Organizar o uso público da área	Alta
	Implantar a educação ambiental - estruturar ações periódicas focadas nas tendências e pressões	Média
	Implantar sistema de autoproteção com a formação de brigadistas	Baixa

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda.(2021)

Figura 23 Pedra do Navio.

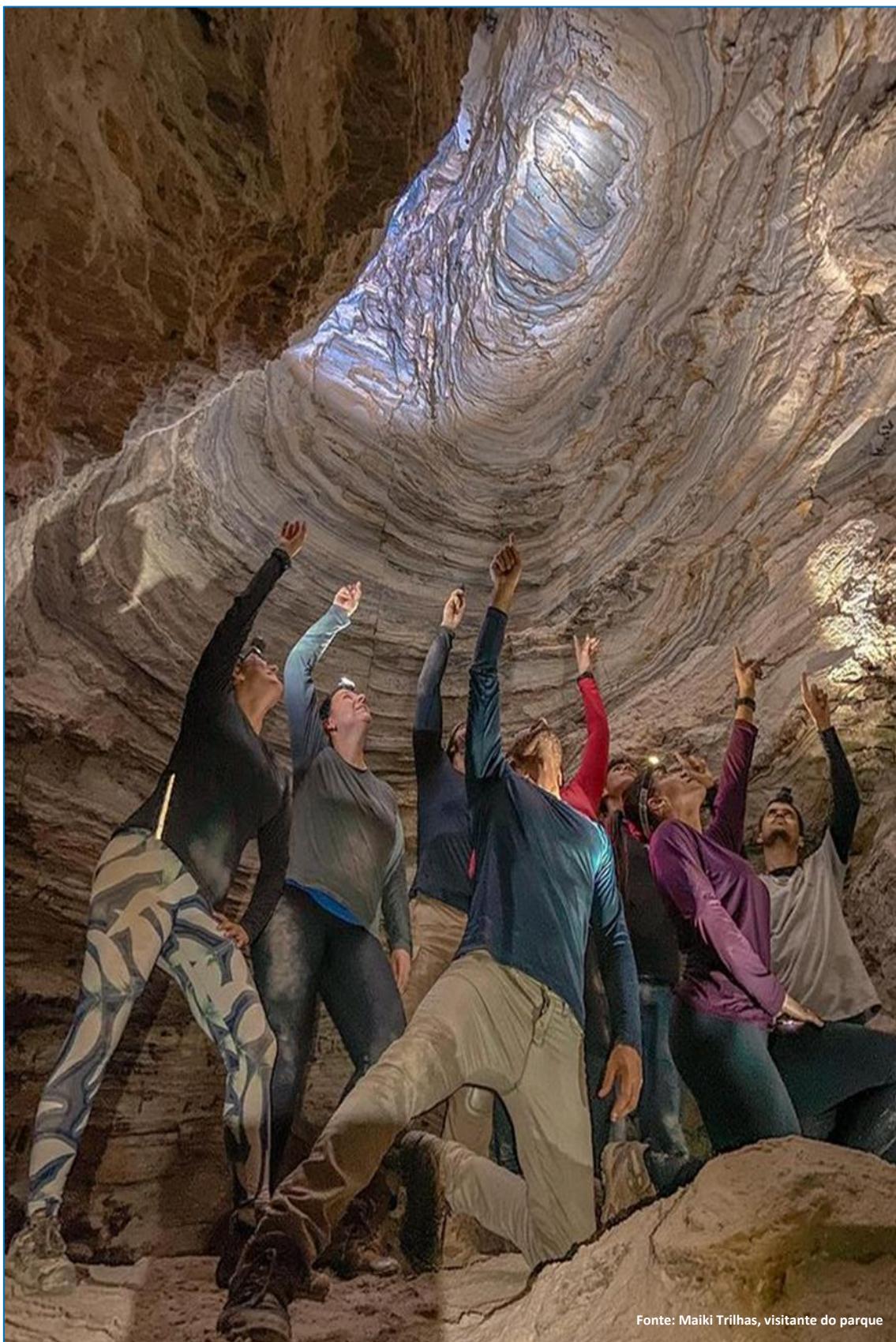


Tabela 4. Caverna Sete Salões como recurso e valor fundamental do PESS

CAVERNA SETE SALÕES		
Condições atuais	Caverna frágil do ponto de vista geológico, com desagregação natural e acelerada em caso de intervenções humanas. Pichações/grafitismo (inclui risco/incisão na rocha) Acesso não é fácil, com risco para eventuais resgates e obstáculo para monitoramento. Sem capacidade de monitoramento do acesso e uso da Caverna Sem infraestrutura para controle e qualificação do uso público Propriedades privadas e não regularizadas (perante o registro de imóveis) da área da Caverna e do entorno (acesso) Acampamento com fogueiras dentro da caverna gerando resíduos e intervenções Corte de vegetação no entorno para uso como lenha Redução da vazão da água localizada no declive logo depois da entrada (faz tempo que está seca) Instabilidade geotécnica (desmoronamentos) Falta de fiscalização da polícia militar ambiental	
Tendências	Tendência de aumento do assoreamento Aumento das pichações/grafitismo Provável impacto sobre a fauna cavernícola Abertura de novas trilhas de acesso para a Caverna Aumento da visitação, acampamentos, fogueiras e outros impactos decorrentes.	
Ameaças	Pichações/grafitismo Acesso antigo de motos Desmatamento do entorno/acesso principal Risco de incêndio florestal Risco de ocorrência de patologias (histomaplasmose) para os visitantes pela transmissão gado/morcegos hematófago-humanos	
Necessidades de dados e/ou SIG	Estudos espeleológicos (descrição, registro fotográfico dos grafismos, levantamento de fauna). Remapeamento completo da Caverna Indicação de pontos e parâmetros de monitoramento da condição de conservação da Caverna Levantamento das percepções das comunidades sobre apropriação e usos da Caverna	Alta Alta Alta Alta
Necessidades de planejamento	Plano de Manejo Espeleológico / Uso Público (acesso e entorno) Aquisição de equipamentos (GPS, câmeras, drone, veículo...) e efetivo para melhorar a capacidade de monitoramento e manejo dos usuários. Cadastro atualizado e capacitação dos guias Plano de regularização fundiária Plano de fiscalização integrada com polícia militar ambiental Projetos de infraestrutura (portaria para controle de acesso, local para alimentação e acampamento...).	Alta Alta Alta Média Baixa

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda.(2021)

Figura 24. Caverna Sete Salões.



Fonte: Maiki Trilhas, visitante do parque

Tabela 5. Mosaico de vegetação com campos rupestres e Floresta Estacional Semidecidual e biodiversidade associada como recurso e valor fundamental do PESS

MOSAICO DE VEGETAÇÃO COM CAMPOS RUPESTRES E FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL E BIODIVERSIDADE ASSOCIADA		
		Parte preservada nas maiores altitudes
		Nas baixadas estão menos preservadas
Condições atuais		Há algumas áreas ocupadas com pastagens, moradores e outras atividades antrópicas.
		A regularização fundiária das áreas ainda não está concluída
		Esforço para a regularização das áreas
		Alocar recursos de compensação para processos de regularização
Tendências		Continuidade do uso antrópico e de subsistência dos moradores enquanto não houver a regularização
		Existência de brigada de incêndio do IEF, com participação da comunidade.
		Lentidão e burocracia do Estado para o processo de regularização
		Uso antrópico das áreas pelos moradores não indenizados
		Coleta de orquídeas, bromélias e canela de ema e outras espécies.
		Retirada de palmitos
Ameaças		Ampliação da existência de exóticas invasoras.
		Ocorrência de incêndios florestais
		Pressão imobiliária, com condomínio já instalado.
		Existência de caça e captura de pássaros
		Retirada de madeira
Necessidades de dados e/ou SIG	Mapear os órgãos e organizações atuantes no território do PESS	Alta
	Situação do cadastramento das propriedades	
	Inventário da biodiversidade para maior conhecimento do que há no Parque	Média
	Entender quais das pastagens estão em uso, sua condição atual, se há gado e se há um processo de regeneração.	Média
	Mapeamento da cobertura vegetal e seu estágio de conservação	Média
	Levantamento de dados complementares sobre fauna e flora já existentes em museus sobre o Parque e seus limites	Baixa
	Levantamento de dados geográficos detalhados	Baixa
Necessidades de planejamento	Confirmação em campo de dados especiais existentes	Baixa
	Organizar a lista de espécies existentes no PESS para a sua gestão e acompanhamento	Alta
	Desenvolver plano estratégico de regularização fundiária	Alta
	Descrever e validar as áreas de campo com potencial de regeneração natural ou de ações de recuperação	Média
	Desenvolver projeto de monitoramento de espécies indicadoras de conservação. (ver referência do ICMBIO)	Média
	Promover a integração dos órgãos públicos e outras organizações públicas e privadas para integração de ações e esforços	Média
	Desenvolver projeto de recuperação de áreas e de controle de espécies invasoras	Baixa
		Criação de brigada anti-incêndio de forma permanente, dentro do Parque, com estrutura e equipamentos adequados para viabilizar sua atuação.

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda.(2021)

Figura 25. Registro no PESS de espécies do gênero *Cresta*.

Tabela 6. Patrimônio Arqueológico e Histórico Cultural como recurso e valor fundamental do PESS

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO-CULTURAL		
Condições atuais	Sítios arqueológicos conservados em razão da não visitação / dificuldade de acesso	
	Desgaste natural das pinturas rupestres - raios solares, fungos, cupins, caixas de marimbondo.	
	Existência de pichações decorrentes de visitações irregulares na caverna e Pico do Garrafão	
Tendências	Continuidade de pichações na caverna e visitação irregular na caverna	
	Aumento do desgaste natural do patrimônio	
	Continuidade da falta de visitação do público aos sítios arqueológicos	
Ameaças	Variedade de acesso à Caverna	
	Visitação desordenada	
	Processos erosivos na Pedra do Letreiro	
	Incêndios em sítios arqueológicos	
Necessidades de dados e/ou SIG	Reunir dados sobre a visitação dos atrativos	Alto
	Obter informação sobre as pinturas rupestres existentes e possibilidades de novas	Média
	Realizar diagnóstico sobre as condições de conservação, natural e antrópicos.	Médio
	Realizar o cadastramento dos sítios arqueológicos	Baixo
Necessidades de planejamento	Organizar o uso público da área, inclusive os Krenak.	Alto
	Formalizar as parcerias para implementar projetos de interesse do Parque	Alto
	Realizar programa de monitoramento dos sítios arqueológicos	Alto

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO-CULTURAL

Articular com órgãos intervenientes para esclarecer potenciais sobreposições territoriais	Alto
Organizar a sinalização de rotas e limites do Parque, inclusive na zona de amortecimento.	Médio

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Figura 26. Sítio arqueológico da onça.

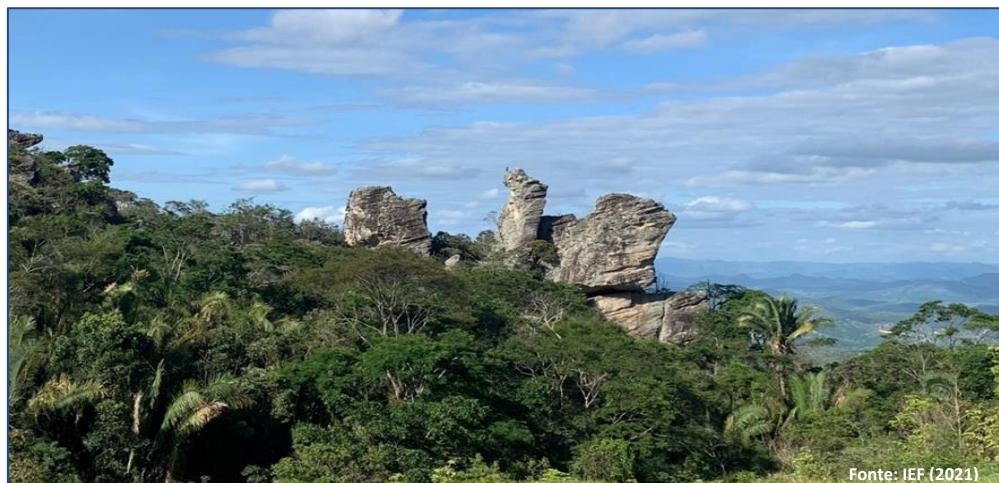


Tabela 7. Atrativos, trilhas e roteiros turísticos como recurso e valor fundamental do PESS.

ATRATIVOS, TRILHAS E ROTEIROS TURÍSTICOS		
		Inexistência de infraestrutura para a visitação. Pois a área do Parque está sob domínio privado. Os proprietários não têm interesse em visitação e exploração turística, mais focada em produção agrícola.
		A trilha da Fenda não está adequada e precisa de manutenção
		As trilhas da Palmeira e do Córrego da Onça (Krenak) estão em bom estado e apresentam boas condições de caminhada.
Condições atuais		Na trilha da Palmeira tem sinalização, porém vem sofrendo depredação. A trilha do Córrego da Onça não tem sinalização
		Os mirantes não têm sinalização e proteção
		Existência de cachoeiras com potencial de visitação e atrativo turístico ainda pouco exploradas
		Visitação e uso sem orientação
		Aumento de visitantes e geração de resíduos sólidos e depredação (Pichação, furto de placas, furto de espécies da flora nativas).
Tendências		Aumento de visitantes ocasionando processos erosivos
		Aumento de uso de fogo e campismo em áreas impróprias
		Vandalismo
		Turismo desordenado
		Questão fundiária e novas ocupações
Ameaças		Restrição de acessos em áreas particulares
		Equipe reduzida do PESS para realizar o monitoramento e gestão da UC
		Caça predatória
		Fogo
Necessidades de dados e/ou SIG	Levantamento de dados e potenciais de outras atividades e atrativos turísticos (ex. esportes de aventura)	Alto
	Elaboração de um plano de uso público	Alto
	Programa de monitoramento de impactos do uso público	Alto
Necessidades de planejamento	Desenvolver plano de recursos humanos para a gestão do Parque	Alto
	Programa de interpretação e educação ambiental	Médio
	Implantar estratégia de sinalização turística para orientar os visitantes	Médio
	Desenvolver programa de comunicação da UC	Baixo

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Figura 27 Pedra da Galinha.



Fonte: IEF (2021)

4.2 QUESTÕES-CHAVE PARA A GESTÃO DA UC

As questões-chave descrevem dificuldades enfrentadas pela gestão da unidade, impedindo que esta seja efetiva, podendo ser uma agressão (como mudança climática, crescimento da população, espécies invasoras e uso indevido por visitantes) ou, um gargalo de gestão para a efetiva consolidação da UC como falta de regularização fundiária e problemas gerenciais. Uma questão-chave pode ou não estar diretamente relacionada a uma declaração de significância e ao propósito da UC, mas a falta de ação sobre essa questão tende a afetar diretamente esses componentes.

Para a gestão do Parque Estadual de Sete Salões, foram identificadas **oito questões – chave**, sendo:

- 1. Gestão, equipe e meios**
- 2. Uso público**
- 3. Educação Ambiental**
- 4. Pesquisa e monitoramento**
- 5. Regularização fundiária**
- 6. Cooperação institucional e parceiras**
- 7. Restauração**
- 8. Combate a incêndios**

Tabela 8. Questões-chave: Gestão, equipe e meios

GESTÃO, EQUIPE E MEIOS	
Descrição	Limitação de recursos humanos, materiais e financeiros Falta implementar modelos de gestão compartilhada Falta de orçamento do Estado para a UC Baixa quantidade de servidores Falta de Regularização fundiária da UC Falta de sede administrativa e demais estruturas físicas
Necessidades de dados e/ou SIG	Mapeamento das possibilidades existentes para a captação de recursos dentro e fora do IEF, inclusive: compensação, crédito de carbono, reparação do rompimento da Barragem de Fundão, Projeto Semeia, parceria com o terceiro setor Levantamento do quantitativo necessário de funcionários de acordo com as características da UC Plantas e projetos das estruturas do Parque Georreferenciamento do Parque e das estruturas a serem instaladas
Necessidades de planejamento	Programa de implantação de infraestrutura necessária ao Parque a ser implementado após a regularização fundiária Programa de fortalecimento da gestão incluindo todos os itens abaixo: Programa de Parceiros para captar recursos ou executar ações Realizar estudo de viabilidade dos modelos de gestão possíveis para a UC Construir programa de parceria / cooperação com os municípios envolvidos, principalmente nas áreas de turismo, meio ambiente e cultura Plano de Gestão Tática/Operacional

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda.(2021)

Tabela 9. Questão-chave: uso público

USO PÚBLICO	
Descrição	<p>Monitoramento do uso dos recursos hídricos dentro do PESS (quantidades e pontos de captação)</p> <p>Plano de uso público é muito abrangente e há restrição de recursos para implantação das estruturas necessárias de forma global. Necessário focar em ações prioritárias</p> <p>Integração e melhoria do sistema de divulgação de informações e pessoas capacitadas e qualificadas para divulgar e guiar visitas no Parque</p> <p>Grau de dificuldade e acessibilidade das trilhas entre moderado e elevado limita visitação de determinados perfis de público</p> <p>Inexistência de área definida de camping com estrutura e controle</p> <p>Falta de controle da visitação na caverna e fiscalização contra atos de vandalismo</p> <p>Divulgação dos atrativos do PESS sem a devida estrutura receptiva</p>
Necessidades de dados e/ou SIG	<p>Mapa hidrológico atualizado identificando a quantidade de outorgas e os pontos de captação de água dentro do Parque para subsidiar a estratégia de educação ambiental/conscientização especificamente para a questão dos RH</p> <p>Melhoria no banco de dados e imagens do PESS e região de entorno</p> <p>Informações sobre quantidade de visitantes na caverna e trilhas com monitoramento de impactos</p>
Necessidades de planejamento	<p>Plano de Manejo Espeleológico</p> <p>Plano de Comunicação</p> <p>Plano de uso público contemplando todos os itens abaixo:</p> <p>Programar vivências integrativas (dia no Parque) com visitações guiadas pela equipe do Parque voltadas para grupos específicos (crianças, mulheres, agentes públicos) e datas simbólicas e visitações guiadas com finalidades de bem-estar e conexão com a natureza</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Tabela 10. Questão-chave: educação ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
Descrição	Populações residentes da UC e visitantes tem pouco acesso à informação sobre práticas sustentáveis e mais adequadas aos objetivos da UC.
Necessidades de dados e/ou SIG	Sem necessidades identificadas
Necessidades de planejamento	<p>Programa de Educação Ambiental, incluindo todos os itens abaixo:</p> <p>Trabalhar temas de educação ambiental transversalmente para públicos específicos, focado nas pressões/gargalos do PESS, especialmente quanto ao uso consciente dos recursos hídricos, no que tange às formas e quantidades de captação, prevenção à caça e desmatamento, conscientização sobre o patrimônio arqueológico, prevenção de incêndios e alternativas ao uso do fogo</p> <p>Continuar e fortalecer a relação da gestão da UC com os proprietários mediante encontros presenciais individuais visitando cada proprietário. Buscar integração e construção de alternativas e soluções junto aos proprietários de forma dialogada e amigável evitando medidas repressivas /fiscalizatórias</p> <p>Realizar reuniões e oficinas coletivas setorizadas por municípios buscando integração e parcerias com escolas, prefeituras e outras instituições públicas e privadas relacionadas ao contexto do Parque</p> <p>Incentivar a gestão participativa do Parque</p>

Tabela 11. Questão-chave: pesquisa e monitoramento

PESQUISA E MONITORAMENTO	
Descrição	Inexistência de infraestrutura de apoio para a realização das ações de pesquisa e monitoramento
	Dados de pesquisas e estudos escassos e dispersos em diferentes organizações, não integrados e conhecidos
	Falta de recursos humanos do Parque para dar apoio à pesquisa e monitoramento em campo
Necessidades de dados e/ou SIG	<p>Fazer o levantamento das necessidades de estudos e de monitoramento para dar a dimensão do conjunto de infraestrutura, meios e de ações de monitoramento e pesquisa</p> <p>Mapear as instituições da região que possuem interesse em desenvolver pesquisas e monitoramento no PESS</p>
Necessidades de planejamento	<p>Programa de Pesquisa e Monitoramento incluindo todos os itens abaixo:</p> <p>Disponibilizar infraestrutura para dar suporte as ações de pesquisa, guarda de materiais, equipamentos e resultados do monitoramento.</p> <p>Desenvolver parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa da região do PESS para desenvolver estudos</p> <p>Desenvolver plano integrado de pesquisa e monitoramento reunindo banco de dados, tecnologia, comunicação e compartilhamento de informações em portal do PESS.</p> <p>Desenvolver programa de pesquisa com linhas de estudos de interesse da gestão da UC e articular pesquisadores que possam ter interesse em desenvolver os estudos, com apoio da unidade.</p> <p>Articular comissão / comitê / grupo de trabalho para integrar esforços de pesquisa e monitoramento em apoio à gestão da UC.</p> <p>Desenvolver projeto de pesquisa e de monitoramento com foco na ciência cidadã engajando a sociedade regional, turistas e gestores, com plano de comunicação (Plataformas: Wikiaves, iNaturalist)</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Tabela 12. Questão-chave: regularização fundiária

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
Descrição	Aquisição financeira dos imóveis dentro da UC, inclusive as questões relativas à legalização das propriedades (aproximadamente 200)
	Indefinição dos limites em razão de deficiências do memorial descritivo
Necessidade de Dados	<p>Levantamento da situação documental e dos limites de cada propriedade</p> <p>Identificar parceiros que já possuem informações sobre as propriedades (ex: FUNAI, CAR, INCRA e solicitar as informações)</p> <p>Identificar parcerias com Faculdades de Direito e outras instituições para apoiar a legalização de propriedades</p> <p>Continuação de visitas de campo para o estudo dos limites (adequar os limites do Parque em relação às propriedades)</p> <p>Identificar a ocorrência de terras devolutas</p> <p>Levantamento de inconsistências no memorial descritivo, bem como de áreas com potencial de inclusão</p>
Necessidades de planejamento	<p>Revisão dos limites do Parque / atualização do georreferenciamento / implantação de marcos</p> <p>Elaborar o Programa de Regularização Fundiária / levantamento das propriedades prioritárias para a implantação</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Tabela 13. Questão-chave: cooperação institucional e parcerias

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS	
Descrição	Ausência de fiscalização por parte dos parceiros: Polícia Militar Ambiental, ADERE. Reforçar a necessidade de uso das ferramentas de SIG para coibir
Necessidades de dados e/ou SIG	Ausência de fomento às pesquisas, com poucos dados/resultados de conhecimento resultante - falta meios de suporte/apoio, distância dos centros de ensino/pesquisa. Como atrair as instituições e pesquisadores? Precisa maior divulgação dos potenciais de pesquisa.
Necessidades de planejamento	<p>Levantamento dos atores com competências de fiscalização, incluindo Ministério Público, Poder Judiciário, Prefeituras (Secretárias de Meio Ambiente e outras)</p> <p>Nivelamento sobre o conhecimento da UC junto a Polícia Militar Ambiental</p> <p>Organizar as informações espaciais do Parque e construir uma base de dados geográfica e fazer o levantamento dos sistemas a serem utilizados</p> <p>Identificar os atores da região com potencial de desenvolvimento de pesquisas no Parque (entidades e pesquisadores)</p> <p>Criar um Plano Integrado de Fiscalização junto com a Polícia Militar Ambiental, priorizando estratégias preventivas.</p> <p>Capacitar os recursos humanos envolvidos com fiscalização em ferramentas de monitoramento com SIG</p> <p>Formalizar os termos de fiscalização com os atores identificados</p> <p>Criar e distribuir material com potencial de pesquisa com base nos Valores e Recursos Fundamentais do Plano de Manejo</p> <p>Cooperação com Prefeituras para dar suporte a realização das pesquisas (infraestrutura)</p> <p>Formalizar e integrar/organizar (IEF- Diretoria de Pesquisa/PESS) o controle e acompanhamento das pesquisas em relação as autorizações, disponibilização dos resultados etc.</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Tabela 14. Questão-chave: restauração

RESTAURAÇÃO	
Descrição	Limitação de recursos financeiros, humanos e técnicos para implementar as ações de restauração
Necessidades de dados e/ou SIG	<p>Solução para a questão fundiária</p> <p>Dados de pesquisa e monitoramento dispersos em diferentes organizações, não integrados e conhecidos</p>
Necessidades de planejamento	<p>Ter a real dimensão do que necessita ser restaurado e o grau de regeneração</p> <p>Levantar outros projetos / experiências que possam ajudar no processo de restauração</p> <p>Mobilizar o terceiro setor para desenvolvimento de projeto, inclusive com a captação de recursos para ações de recuperação (fornecimento de sementes e mudas, cercamento etc.) (Rede Vidas, Instituto Terra etc.)</p> <p>Estruturar plano de restauração, com necessidades, meios e organização e metodologia de restauração</p> <p>Articular parceria com os proprietários de terras no PESS para desenvolver ações conjuntas de restauração ecossistêmica e a manutenção de boas relações de convivência</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Tabela 15. Questão-chave: combate a incêndios

COMBATE A INCÊNDIOS	
Descrição	<p>Queimada como prática cultural dos moradores e agricultores</p> <p>Propagação de incêndios das áreas de entorno, incluindo a ferrovia, para o interior do Parque e pelas estradas internas de acesso as propriedades</p> <p>Brigada fica distante cerca de 4 horas do Parque e falta estrutura local de acomodação dos brigadistas</p>
Necessidades de dados e/ou SIG	Identificação dos atores responsáveis pelos incêndios
Necessidades de planejamento	<p>Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, incluindo:</p> <p>Concretização das parcerias para viabilizar efetivo de brigadistas e sua acomodação local para implementação dos Planos Anuais de Combate a Incêndios do Parque</p> <p>Planejar pontos de apoio para implantar torres de observação e guardar equipamentos para observação</p> <p>Avaliação do plano de comunicação e de conscientização dos moradores e agricultores sobre os incêndios, incluindo os malefícios do fogo</p>

Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Figura 28. Espécie do gênero *Paepalanthus* que ocorre nos campos rupestres.

4.3 PRIORIZAÇÃO DAS NECESSIDADES DE DADOS E DE PLANEJAMENTO

Diante das situações complexas que envolvem a gestão de uma UC e da escassez de recursos, é necessário ter uma lista de prioridades entre as necessidades de planejamento e de dados para direcionar os esforços de gestão da equipe da UC. Esse direcionamento deve ter foco na proteção dos recursos e valores fundamentais e também contemplar as questões-chave da UC (ICMBio, 2018).

A necessidade de planejamento geral para o PESS foi realizada com base num compilado das necessidades apontadas para os recursos e valores da UC e para as questões chave. Para isso foi realizada a eliminação de sobreposições, a integração dos planejamentos em blocos temáticos. A priorização foi realizada com base na frequência que os temas foram citados, na memória dos debates das oficinas e na avaliação da gestão da UC.

Tabela 16. Bloco temático: regularização fundiária.

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Diagnóstico sobre cadastramento das propriedades inseridas na UC/Acesso ao levantamento fundiário realizado pela FUNAI	Alta
Articular com órgãos intervenientes para esclarecer potenciais sobreposições territoriais (Prefeitura de Conselheiro Pena e IEF)	Alta
NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Programa de Regularização Fundiária	Alta
Cadastramento das propriedades e definição de áreas prioritárias para a implantação da UC	Alta
Revisão dos limites do Parque / atualização do georreferenciamento / implantação de marcos	Média

Tabela 17. Bloco temático: uso público.

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Reunir dados sobre a visitação à UC e atrativos	Alta
Avaliação das interfaces com o povo Krenak, sinergias e outras questões pertinentes, destacadamente em relação à visitação da Caverna Sete Salões	Alta
Estudo espeleológico da Caverna Sete Salões (com remapeamento da caverna, descrição, registro fotográfico dos grafismos, levantamento de fauna, além de Indicações de pontos e parâmetros para monitoramento e condições de conservação da Caverna)	Alta
Levantamento das condições das trilhas e atrativos do ponto de vista de seu estado de conservação	Alta
Obter informação sobre as pinturas rupestres existentes e possibilidade de novas	Média
Realizar diagnóstico das condições de conservação dos sítios arqueológicos	Média
Levantamento de dados sobre outros atrativos e atividades com potencial para o uso público (esportes de aventura, observação de aves etc.).	Média

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO		PRIORIDADE ESPECÍFICA
Plano de Uso Público		Alta
Plano de Manejo Espeleológico da caverna Sete Salões		Alta
Articular com órgãos competentes para esclarecer potenciais sobreposições territoriais, normas incidentes e competências específicas		Alta
Plano de comunicação e articulação institucional para fomento do uso público na UC (Dialogar com proprietários e outros atores para capacitar e desenvolver exploração ecoturística orientada e estabelecer parceria com Prefeituras para entrarem com infraestrutura. Buscar recursos e parceiras com iniciativa privada e pública para viabilizar as estruturas necessárias e fomentar os roteiros)		Alta
Plano de monitoramento e controle dos impactos das atividades de uso público na UC, incluindo Plano de Monitoramento de Trilhas, com elaboração de cronograma periódico de inspeção de trilhas, caverna e patrimônio arqueológico pela equipe de gestão junto com equipes de outras instituições para gerar dados e orientar ações		Alta
Plano de Estruturação de Trilhas e Sinalização: focar na melhoria da estrutura de sinalização, acessibilidade e segurança das trilhas, com contenções e proteções para minimizar impactos nos recursos hídricos e os processos erosivos, bem como os impactos ao patrimônio arqueológico e natural		Alta
Programa de Capacitação: Cadastrar e Fomentar a capacitação de guias e agentes multiplicadores (ex. comunidade, empreendedores) locais para divulgação dos atrativos do Parque e da região de entorno integrando todos os setores e a polos de roteiros turísticos regionais mais bem estruturados (Aimorés Governador Valadares, Colatina)		Média
Manual de Interpretação Ambiental		Média
Programar vivências integrativas (dia no Parque) com visitações guiadas pela equipe do Parque voltadas para grupos específicos (crianças, mulheres, agentes públicos) e datas simbólicas e visitações guiadas com finalidades de bem-estar e conexão com a natureza.		Média
Organizar a sinalização de rotas e limites do Parque, inclusive na zona de amortecimento		Média
Realizar cadastramento dos sítios arqueológicos		Baixa
Programa de Estruturação do PESS com foco no Uso Público: Viabilizar estrutura receptiva turística em parceria com as prefeituras e iniciativa privada e outras instituições relacionadas com informações qualificadas sobre o PESS e seus atrativos		Baixa

Tabela 18. Bloco temático: gestão, equipe e meios.

NECESSIDADE DE DADOS		PRIORIDADE ESPECÍFICA
Levantar órgãos, instituições e atores que atuam no território do PESS e sua ZA que tem objetivos convergentes ou sinérgicos com os da UC e com potencial para parceria ou cooperação.		Alta
Levantamento do quantitativo necessário funcionários, veículos e equipamentos com a demanda atual e futura da UC (mínima e ideal)		Alta
Levantamento da estrutura mínima para gestão da UC		Média
Mapeamento das possibilidades existentes para a captação de recursos dentro e fora do IEF, inclusive: compensação, crédito de carbono, reparação do rompimento da Barragem de Fundão, Projeto Semeia, parceria com o terceiro setor, prefeituras e outros órgãos e atores do território.		Média
Plantas e projetos das estruturas do Parque (estrutura básica de implantação e para apoio ao uso público);		Média
Georreferenciamento do Parque e das estruturas planejadas		Média
Estudo de viabilidade dos modelos de gestão possíveis para a UC		Média

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Programa para fomentar e formalizar parcerias para implementar projetos de interesse do Parque, incluindo prefeituras, outros órgãos e terceiro setor, etc. Seja por cooperação institucional, captação de recursos ou financiamento de projetos	Alta
Articular instrumento de parceria com os proprietários de terras no PESS para desenvolver ações conjuntas de conservação, proteção, uso público e restauração ecossistêmica, bem como a manutenção de boas relações de convivência	Alta
Estruturação da UC em termos de equipamentos (GPS, câmeras, drone, veículos etc.) e efetivo para melhorar a capacidade de monitoramento e proteção da mesma	Alta
Planejamento da implantação de infraestrutura necessária ao Parque a ser implementado após a regularização fundiária	Média
Plano de Gestão Estratégica/ Tática/Operacional	Média
Promover a integração dos órgãos públicos e outras organizações públicas e privadas para integração de ações e esforços no território	Média
Criar um Plano Integrado de Fiscalização junto com a Polícia Militar Ambiental, priorizando estratégias preventivas	Média
Desenvolver plano de recursos humanos para a gestão do Parque, bem como capacitar os recursos humanos envolvidos com proteção e fiscalização em ferramentas de monitoramento com SIG	Média
Formalizar os termos de fiscalização com os atores identificados	Baixa

Tabela 19. Bloco temático: cooperação institucional e parcerias.

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Identificação dos atores responsáveis pelos incêndios (perfil, causas, motivações, localização etc.)	Média
NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Manutenção de brigada anti-incêndio de forma permanente, dentro do Parque, com estrutura e equipamentos adequados para viabilizar sua atuação	Alta
Criar plano proteção da UC, incluindo a formação de brigadistas	Alta
Plano de Prevenção e Combate a Incêndios	Média
Inclusão de ações preventivas e de educação ambiental no plano de comunicação e de conscientização dos moradores e agricultores sobre os incêndios, incluindo os malefícios do fogo	Média
Concretização das parcerias para viabilizar efetivo de brigadistas e sua acomodação local para implementação dos Planos Anuais de Combate a Incêndios do Parque	Média
Planejar pontos de apoio para implantar torres de observação e guardar equipamentos para observação	Baixa

Tabela 20. Bloco temático: pesquisa e monitoramento.

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Mapear os órgãos e organizações atuantes no território do PESS com vistas a parcerias na pesquisa e monitoramento do mesmo	Alta
Diagnóstico de percepções das comunidades relações etnográficas, históricas e culturais e usos da Caverna Sete Salões.	Alta
Levantamento do uso do solo e dos potenciais impactos das atividades desenvolvidas nas propriedades inseridas na UC com destaque para pastagens, gado e qualidade da água (incluindo agentes fitossanitários).	Média

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Reunir e consolidar a informação sobre sítios arqueológicos pinturas existentes e a possibilidade de novas.	Média
Diagnóstico do grau atual de preservação de nascentes, APPs e uso do solo/ Mapeamento da cobertura vegetal e seu estágio de conservação.	Média
Levantamento de captação de água superficial e subterrânea para usos diversos na UC/ Levantamento de dados sobre a capacidade hídrica da UC	Baixa
Inventário da biodiversidade para maior conhecimento do que há no parque/ Levantamento de dados complementares sobre fauna e flora do Parque já existente em museus e outros repositórios.	Baixa
Levantamento de dados geográficos detalhados/ Confirmação em campo de dados espaciais existentes	Baixa
NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Articular comissão / comitê / grupo de trabalho para integrar esforços de pesquisa e monitoramento em apoio à gestão da UC.	Alta
Desenvolver plano integrado de pesquisa e monitoramento reunindo banco de dados, tecnologia, comunicação e compartilhamento de informações em portal do PESS.	Alta
Desenvolver programa de pesquisa com linhas de estudos de interesse da gestão da UC e articular pesquisadores que possam ter interesse em desenvolver os estudos, com apoio da unidade.	Alta
Realizar programa de monitoramento dos sítios arqueológicos	Média
Formalizar e integrar/organizar (IEF- Diretoria de Pesquisa/PESS) o controle e acompanhamento das pesquisas em relação às autorizações, disponibilização dos resultados etc.	Média
Desenvolver parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa da região do PESS para desenvolver estudos	Média
Projeto de monitoramento participativo voltado ao uso sustentável da água (vazão e qualidade da água)	Média
Desenvolver projeto de monitoramento de espécies indicadoras de conservação. (ver referência do ICMBio)	Média
Desenvolver projeto de pesquisa e de monitoramento com foco na ciência cidadã engajando a sociedade regional, turistas e gestores, com plano de comunicação (Plataformas: Wikiaves, iNaturalist)	Média
Disponibilizar infraestrutura para dar suporte às ações de pesquisa guarda de materiais, equipamentos e resultados do monitoramento.	Baixa
Organizar a lista de espécies existentes no PESS para a sua gestão e acompanhamento	Baixa
Prospecção arqueológica do Parque	Baixa

Tabela 21. Bloco temático: educação ambiental

NECESSIDADE DE DADOS	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Organização e consolidação dos dados levantados nas ações de pesquisa e monitoramento e em outras ações em geral.	Alta
NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Continuar e fortalecer a relação da gestão da UC com os proprietários mediante encontros presenciais individuais visitando a casa de cada proprietário. Buscar integração e construção de alternativas e soluções junto aos proprietários de forma dialogada e amigável evitando medidas repressivas /fiscalizatórias	Alta

NECESSIDADE DE PLANEJAMENTO	PRIORIDADE ESPECÍFICA
Desenvolver programa de educação e interpretação ambiental que tenha como premissa o trabalho com temas transversais para públicos específicos e o foco nas pressões/gargalos do PESS. Especialmente quanto ao uso consciente dos RH no que tange às formas e quantidades de captação, prevenção à caça e desmatamento, conscientização sobre o patrimônio arqueológico, prevenção de incêndios e alternativas ao uso do fogo	Alta
De forma complementar, realizar reuniões e oficinas coletivas setorizadas por municípios buscando integração e parcerias com escolas, prefeituras e outras instituições públicas e privadas relacionadas ao contexto do Parque	Baixa
Projeto para redução da pressão da retirada de espécies vegetais e da caça e tráfico de animais silvestres	Baixa
Criar e distribuir material com potencial de pesquisa com base nos Valores e Recursos Fundamentais do Plano de Manejo	Baixa

5. COMPONENTES NORMATIVOS

São elementos que sistematizam os atos legais vigentes para a UC, bem como definem normas gerais de uso e gestão de seu território, com implicações legais. Inclui os seguintes elementos:

Atos legais e administrativos: são requisitos específicos, que são estabelecidos independentemente do plano de manejo e que devem ser observados pelos gestores e usuários.

Normas gerais: são os princípios e regras que regem o uso e o manejo dos recursos naturais da UC.

Zoneamento: consiste no ordenamento territorial da área, pois estabelece usos diferenciados para cada zona de manejo, segundo os objetivos da UC.

Figura 29. Pedra da Baleia.



5.1 ZONEAMENTO E NORMAS ESPECÍFICAS

De acordo com a Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC), zoneamento é a: “Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”. Constitui um instrumento de ordenamento territorial, pois diferencia espaços internos da UC de acordo com certos objetivos de manejo. Os espaços identificados são associados às normas específicas para condicionar as atividades permitidas.

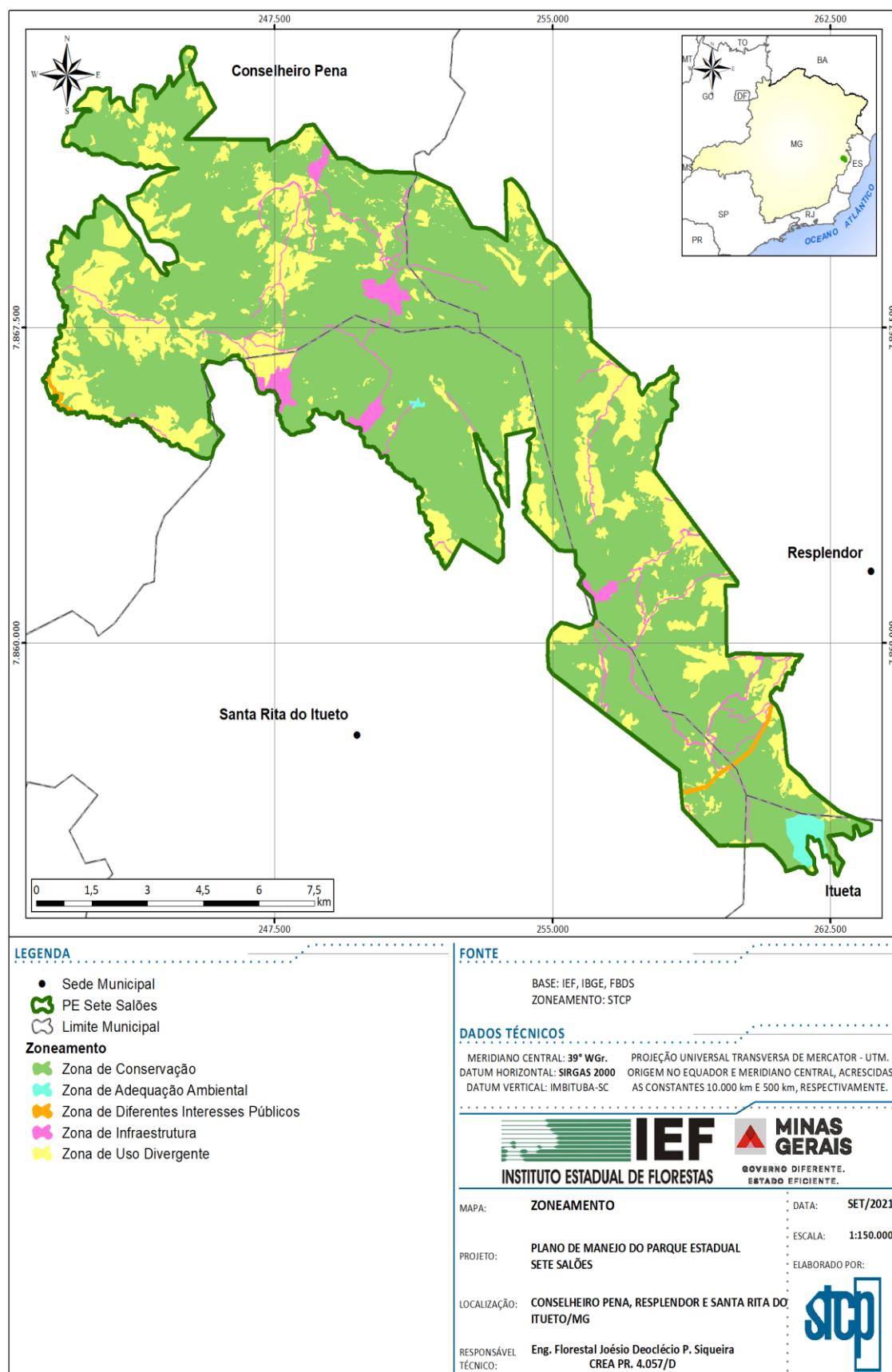
Neste plano de manejo, foi adotada a uniformização de zoneamento recomendada pelo ICMBio (2018). No contexto do PESS, a equipe de planejamento da STCP e IEF verificou previamente à Oficina do Plano de Manejo que cinco tipos de zonas de manejo eram passíveis de aplicação na realidade local. Deste modo, a locação dessas zonas e suas normas específicas foram trabalhadas pelos participantes na oficina.

A distribuição de área total das zonas de manejo do PESS está disponível na Tabela 22 e Figura 30. Em seguida, é apresentada uma descrição de cada zona, com a definição conceitual, resumo de localização e respectivas normas específicas.

Tabela 22. Zonas do Parque Estadual de Sete Salões

ZONA	ÁREA (HA)
Zona de Conservação	10376,90
Zona de Infraestrutura	398,52
Zona de Adequação Ambiental	91,58
Zona de Diferentes Interesses Públicos	50,04
Zona de Uso Divergente	3015,15
TOTAL	13932,19
Zona de Amortecimento (entorno)	19073,28

Figura 30. Zoneamento do Parque Estadual de Sete Salões.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021).

5.1.1 ZONA DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL

Conceito

É a zona que contém áreas consideravelmente antropizadas ou empreendimentos que não são de interesse público, onde será necessária a adoção de ações de manejo para deter a degradação dos recursos naturais e promover a recuperação do ambiente e onde as espécies exóticas deverão ser erradicadas ou controladas. O objetivo geral do manejo nesta zona é deter a degradação dos recursos naturais e, quando possível, recompor a área, priorizando a recuperação natural dos ecossistemas degradados ou, conforme o caso, promovendo a recuperação induzida.

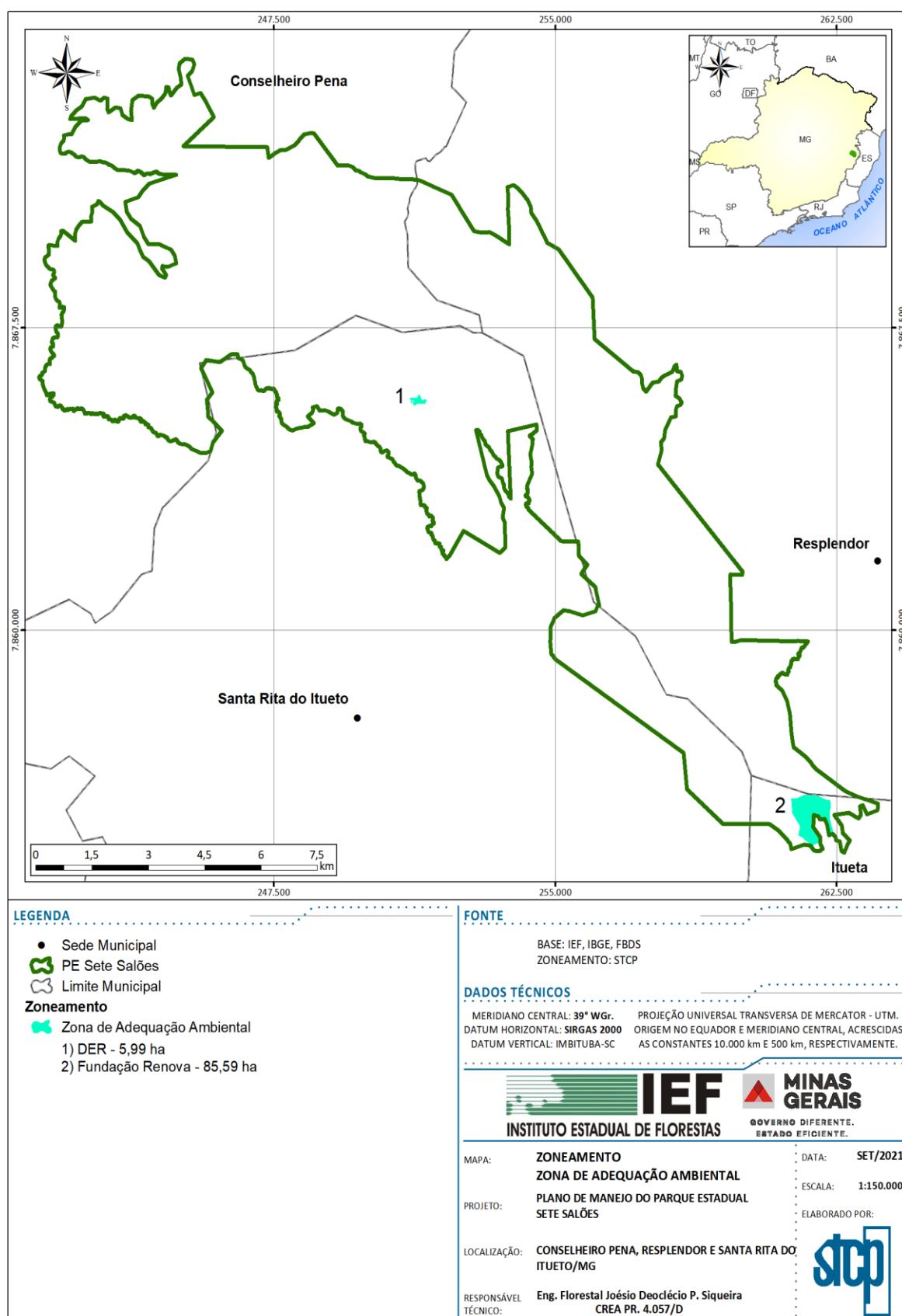
Identificação das áreas

Embora existam importantes áreas antropizadas no PESS, para a inclusão nesta zona foram inseridas as áreas com situação fundiária resolvida ou que já haviam tratativas que possibilitassem as ações de adequação ambiental. Desse modo, as áreas incluídas correspondem àquelas definidas nos projetos de recuperação do DER e da Fundação Renova, cujas tratativas estão em curso junto à gestão da UC e que estão relacionadas a ações de compensação do licenciamento ambiental de projetos, englobando áreas degradadas, áreas de pastagens e irrigação.

Tabela 23. Áreas que compõe a Zona de Adequação Ambiental

ÁREA	DESCRIÇÃO
1	Área de 5,99 ha, objeto de acordo com o DER
2	Área de 85,59 ha, objeto de acordo com a Fundação Renova

Figura 31. Mapa da Zona de Adequação Ambiental.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021).

Normas específicas da Zona de Adequação Ambiental

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa (especialmente sobre os processos de recuperação/restauração), monitoramento ambiental, recuperação ambiental (deter a degradação dos recursos e recuperar a área), restauração ecológica e visitação de médio grau de intervenção.
2. São permitidas as instalações de infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. As espécies exóticas e alóctones introduzidas deverão ser removidas, sempre que possível.
4. A recuperação induzida dos ecossistemas e a restauração ecológica estão condicionadas a um projeto específico, aprovado pelo órgão gestor da UC.
5. A visitação não pode interferir no processo de recuperação.
6. As infraestruturas necessárias aos trabalhos de recuperação devem ser provisórias, sendo que os resíduos sólidos gerados nestas instalações deverão ser retirados pelos próprios responsáveis e transportados para um destino adequado.
7. Os equipamentos facilitadores e serviços de apoio à visitação devem ser instalados sempre em harmonia com a paisagem e desde que não seja possível sua instalação em outras zonas.
8. Todo resíduo gerado nesta zona deverá ser destinado para local adequado, conforme orientações e sinalização na UC.
9. O uso de espécies exóticas na recuperação ambiental de áreas poderá se dar mediante a autorização por projeto específico aprovado pelo órgão gestor da UC.
10. O trânsito de veículos motorizados é permitido para todas as atividades previstas, desde que não interfira na recuperação da zona, devendo ser privilegiados os acessos já existentes.
11. Devem ser priorizadas as pesquisas científicas que tratam dos processos de recuperação.
12. O projeto definirá o método mais adequado de erradicação de espécie exótica ou alóctone, podendo incluir o uso de fitossanitários, quando aprovado pelo órgão gestor da UC.

5.1.2 ZONA DE DIFERENTES INTERESSES PÚBLICOS

Conceito

É a zona que contém áreas ocupadas por empreendimentos de interesse social, necessidade pública, utilidade pública ou soberania nacional, cujos usos e finalidades são incompatíveis com a categoria da Unidade de Conservação ou com os seus objetivos de criação.

Identificação das áreas

Áreas com a presença de linhas de transmissão de energia, estradas de rodagem, área das torres de antenas de telecomunicação e estações repetidoras. Ressalta-se que as vias internas da UC, uma vez que são utilizadas para as atividades de monitoramento da mesma e para a visitação foram incluídas na zona de infraestrutura.

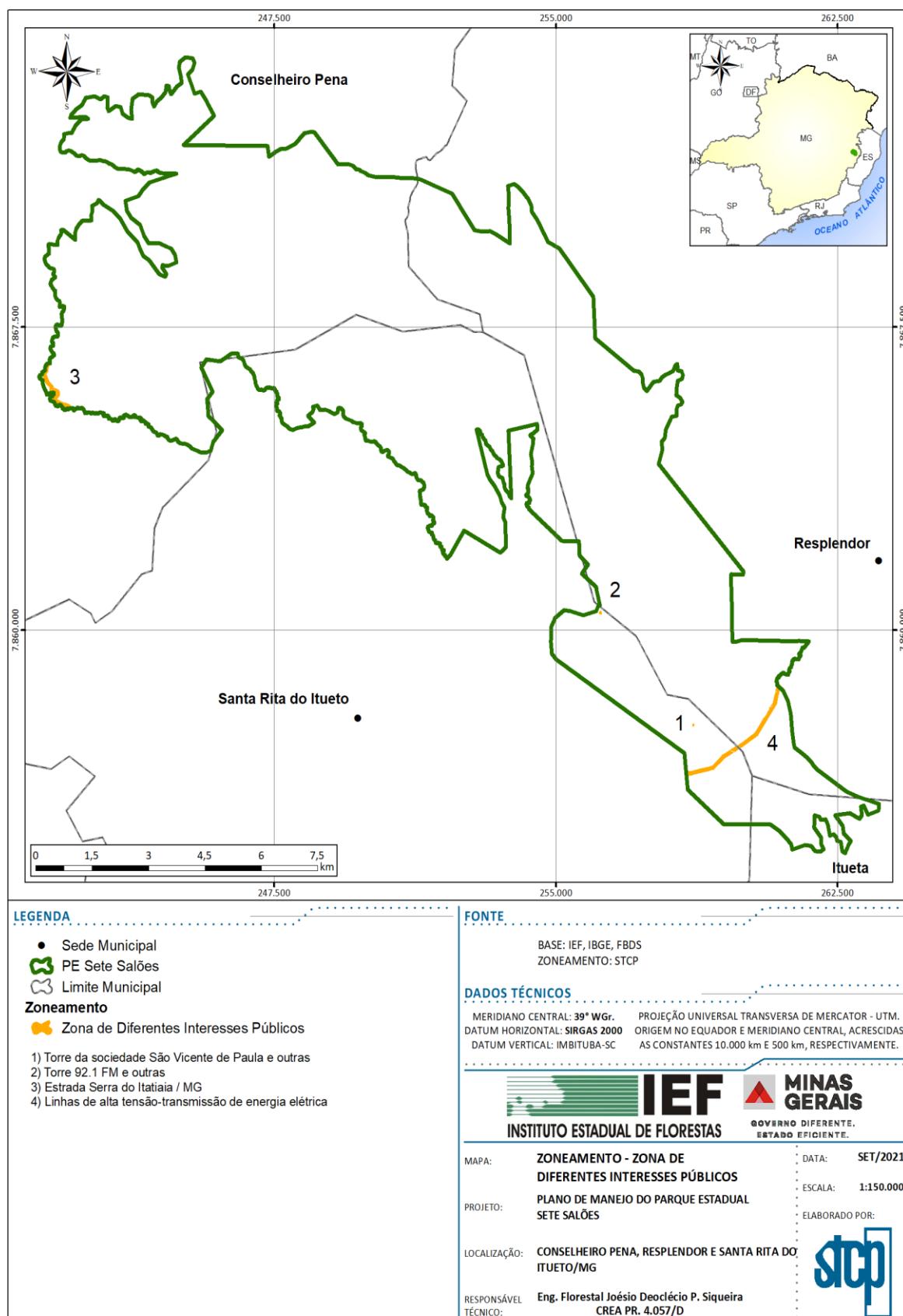
Tabela 24. Áreas que compõe a Zona de Diferentes Interesses Públicos

ÁREA	DENOMINAÇÃO/ESTRUTURA	REFERÊNCIA ESPACIAL
1	Torre da Sociedade São Vicente de Paula e outras	Divisa de Propriedade Raimundo Dornelas/Renato Motta - acima do Condomínio Santa Bárbara
2	Torre da Rádio FM 92,1 e outras	Propriedade da Rádio 92,1 FM
3	Estrada Serra do Itatiaia / MG	Liga os municípios de Conselheiro Pena a Santa Rita do Ituêto.
4	Linhas de alta tensão-transmissão de energia elétrica	Logo abaixo do Condomínio Santa Bárbara, cortando para o lado do Aldeamento Santa Rita - passando na propriedade Silvio Baiano e Glória Tom Em Conselheiro Pena - próximo ao limite da UC

Normas específicas da Zona de Diferentes Interesses Públicos

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação e sua infraestrutura (respeitadas as especificidades da UC e dos empreendimentos), atividades e serviços inerentes aos empreendimentos.
2. A manutenção das estruturas e empreendimentos, ou quaisquer outras atividades por parte dos empreendedores, deverá observar os objetivos de proteção ambiental da unidade e ocorrer com a ciência da gestão da UC e autorização quando houver previsão legal.
3. A empresa responsável pela operação do empreendimento é responsável por ações preventivas e mitigadoras de impactos sobre a UC.
4. É permitida a instalação de infraestrutura da UC, se for o caso e quando compatível com características da instalação realizada.
5. As atividades e serviços que estiverem irregulares deverão ser regularizadas.

Figura 32. Zona de Diferentes Interesses Públicos.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021).

5.1.3 ZONA DE USO DIVERGENTE

Conceito

É a zona que contém ambientes naturais ou antropizados, onde ocorrem populações humanas ou suas áreas de uso, cuja presença é incompatível com a categoria de manejo ou com os objetivos da unidade de conservação, admitindo-se o estabelecimento de instrumento jurídico para compatibilização da presença das populações com a conservação da área, lhes garantindo segurança jurídica enquanto presentes no interior da unidade de conservação. Essas populações estarão sujeitas as ações de consolidação territorial pertinentes a cada situação.

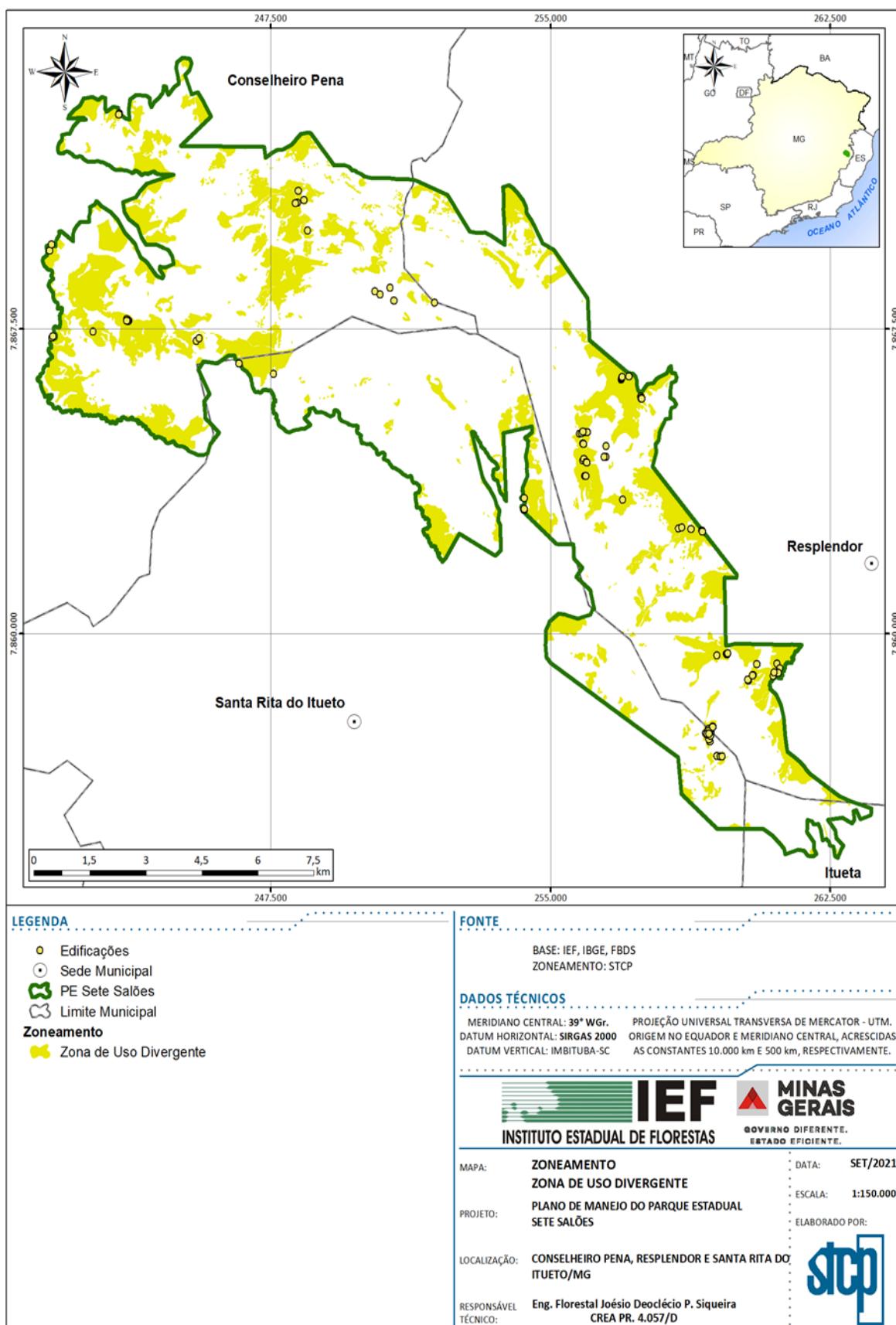
Identificação das áreas

Para esta zona foram consideradas as áreas ocupadas pelas populações humanas no interior da UC, suas áreas de plantio, pastagens e áreas de uso em geral (Figura CC). Para sua definição foi usado essencialmente o mapa do uso do solo, assim como referência os conglomerados de áreas edificadas, tais como o Condomínio Santa Bárbara e a Vila São Roque e as áreas de uso ativo apontadas nas oficinas, como as áreas de pastagem e áreas de cultivo de cana-de-açúcar.

Normas específicas da Zona de Uso Divergente

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental e outros usos incluindo a subsistência e moradia dos residentes, sempre que acordados entre os ocupantes e o órgão gestor da UC, preferencialmente em instrumento jurídico firmado e observando a legislação aplicável.
2. A presença de populações residentes e o uso que fazem das áreas serão regidos, sempre que possível, por instrumentos específicos, com o termo de compromisso, termo de ajuste de conduta, ou outro instrumento jurídico pertinente, os quais definirão as atividades passíveis de serem realizadas e normas específicas relacionadas, observadas boas práticas de manejo do solo, dos recursos hídricos, evitando destacadamente o lançamento de efluentes sem tratamento e disposição irregular de resíduos sólidos.
3. Até que os instrumentos em epígrafe não sejam firmados poderão ser utilizadas outras estratégias que visem conciliar as atividades desenvolvidas com os objetivos da UC.
4. É vedada a conversão de novas áreas de uso, bem como a construção de novas edificações ou ampliações de edificações existentes, ressalvadas as reformas necessárias para manutenção da edificação.

Figura 33. Zona de Uso Divergente.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda (2021).

5.1.4 ZONA DE INFRAESTRUTURA

Conceito

É a zona que pode ser constituída por ambientes naturais ou por áreas significativamente antropizadas, onde é tolerado um alto grau de intervenção no ambiente, buscando sua integração com o mesmo e concentrando espacialmente os impactos das atividades e infraestruturas em pequenas áreas. Nela devem ser concentrados os serviços e instalações mais desenvolvidas da UC, comportando facilidades voltadas à visitação, à administração da área.

Identificação das áreas

Para a definição desta zona foram consideradas áreas com grande potencial para o uso público, administração e estruturação da UC (portaria, guarita, alojamento, estação de tratamento de efluentes, estacionamento, estrutura de camping, alimentação e sanitários), incluindo todas as trilhas do Parque, o Mirante da Fenda e Mirante do Mandengo, a região da cachoeira do Gêbossaneli e a Caverna dos Sete Salões (Figura 34). Também foram consideradas as vias de acesso (estradas internas), o fluxo dos visitantes, as necessidades de controle do acesso à UC.

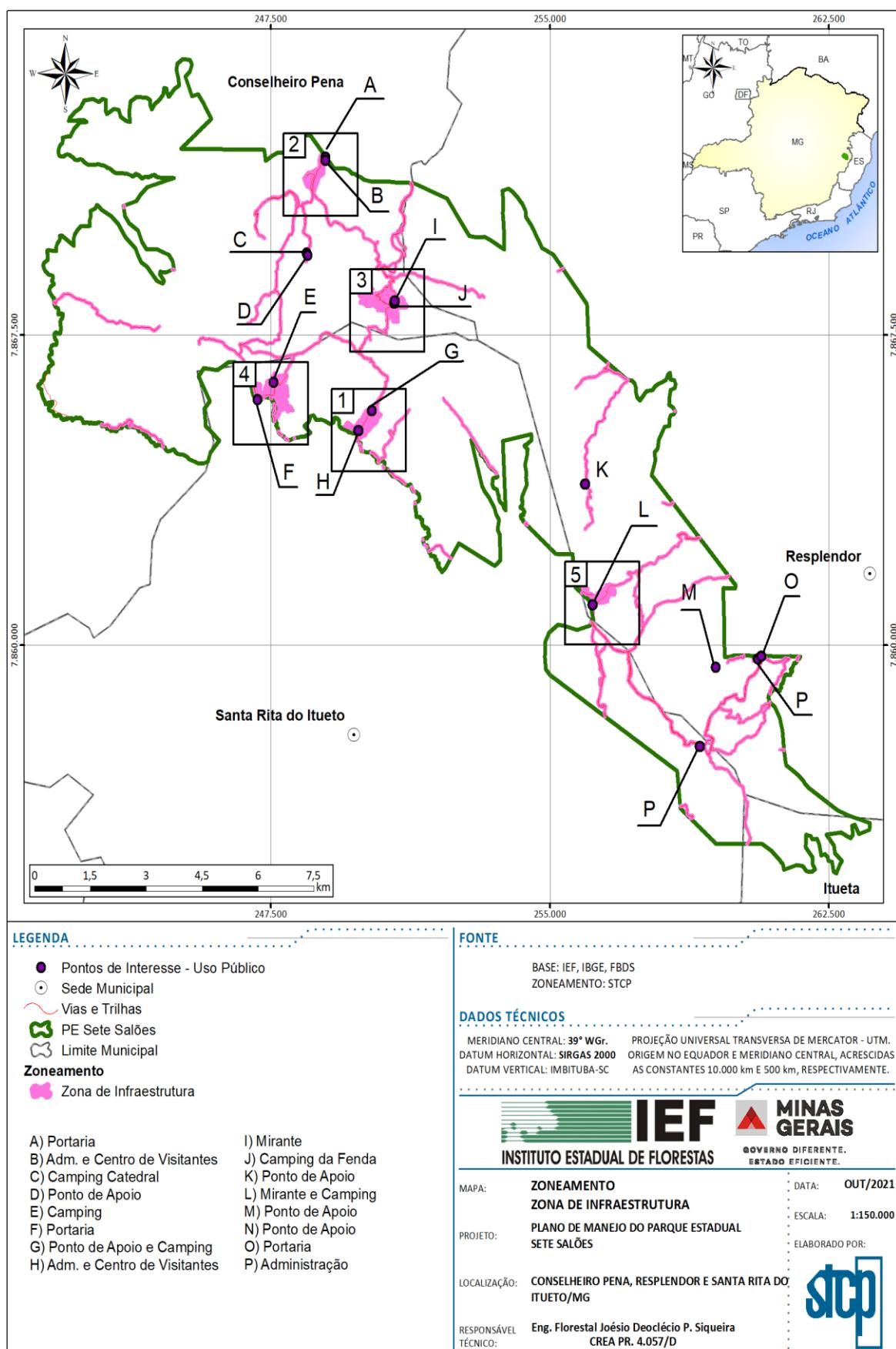
As descrições das áreas identificadas no mapa estão descritas a seguir, conforme análise realizada na oficina:

Tabela 25. Áreas que compõe a Zona de Infraestrutura.

ÁREA	POTENCIAL PARA INFRAESTRUTURA	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
1	Centro de visitantes, camping, estacionamentos, estação de tratamento de efluentes, alojamento para gestores e pesquisadores, lanchonete/ restaurante	Início da trilha do Córrego da Palmeira. Santa Rita do Ituêto	Trilha mais conhecida e melhor acesso para caverna e pico do garrafão. Melhor localização para implantação de estruturas de controle e ordenamento da visitação e ponto de informações qualificadas sobre o PESS. Melhor via de acesso para visitantes. Disponibilidade de água.
2	Centro de visitação/informações/guarita de controle, administração e alojamento para brigadistas/pesquisadores	Limite do Parque próximo à estrada que liga Conselheiro Pena a Resplendor. Beira Linha	Melhor acesso para os sítios arqueológicos. Isso ajuda a promover os atrativos culturais, históricos e arqueológicos e a outros atrativos do conjunto natural paisagístico da serra da onça e área tombada.
3	Pequeno estacionamento, área de camping com estrutura para alimentação e sanitária.	Proximo ao Mirante da Fenda	Ponto estratégico para contemplação da paisagem e partida de acesso para outros atrativos como caverna e pico do garrafão.
4	Estacionamento, banheiros, guarita	Próximo à cachoeira.	Acesso à cachoeira e trilha mediana que dá acesso ao pico do garrafão e a caverna.
5	Guarita, banheiros, estacionamento	Proximo ao Mirante do Mandengo	Atrativo paisagístico muito visitado. Ponto de monitoramento de incêndios.
6	Trilhas existentes para visitação e monitoramento da UC (incluindo raio de 2m para cada lado)	Conforme mapa de trilhas existentes na UC	Serão utilizadas para o uso público da UC (acesso aos atrativos) e para as atividades de monitoramento e proteção da UC. O raio de 2m visa, não a ampliação das trilhas, mas a implantação de estruturas de

ÁREA	POTENCIAL PARA INFRAESTRUTURA	LOCALIZAÇÃO	OBSERVAÇÃO
7	Estradas internas da UC (incluindo raio de 2 m para cada lado)	Conforme mapa de trilhas existentes na UC	<p>apoio ao longo das mesmas.</p> <p>Serão utilizadas para o uso público da UC (acesso aos atrativos) e para as atividades de monitoramento e proteção da Uc e para acesso da população em geral, enquanto a UC não for regularizada.</p>

Figura 34. Mapa da Zona de Infraestrutura.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Normas específicas da Zona de Infraestrutura

1. São atividades permitidas nesta zona: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção e administração da UC.
2. São permitidas as infraestruturas necessárias para os usos previstos nesta zona.
3. Os efluentes gerados não poderão contaminar os recursos hídricos e seu tratamento deve priorizar tecnologias alternativas de baixo impacto.
4. Esta zona deverá conter locais específicos para a guarda e o depósito dos resíduos sólidos gerados na UC, até a adequada destinação.
5. O trânsito de veículos motorizados é permitido para as atividades permitidas nesta zona. Ressalvados os acessos às propriedades não indenizadas.
6. O uso de fogueiras nas atividades de visitação é permitido em locais predeterminados e com estrutura para conter as chamas, conforme definição em regulamento específico.
7. É permitida a utilização do fogo para preparo de alimentos, exclusivamente nos locais estruturados para piqueniques e churrasqueiras, conforme definição em instrumento específico.
8. Para o uso turístico e manejo dos sítios arqueológicos tombados deverá ser consultada regulamentação específica da prefeitura municipal de Conselheiro Pena e do IPHAN, bem como instrumento específico da UC.

5.1.5 ZONA DE CONSERVAÇÃO

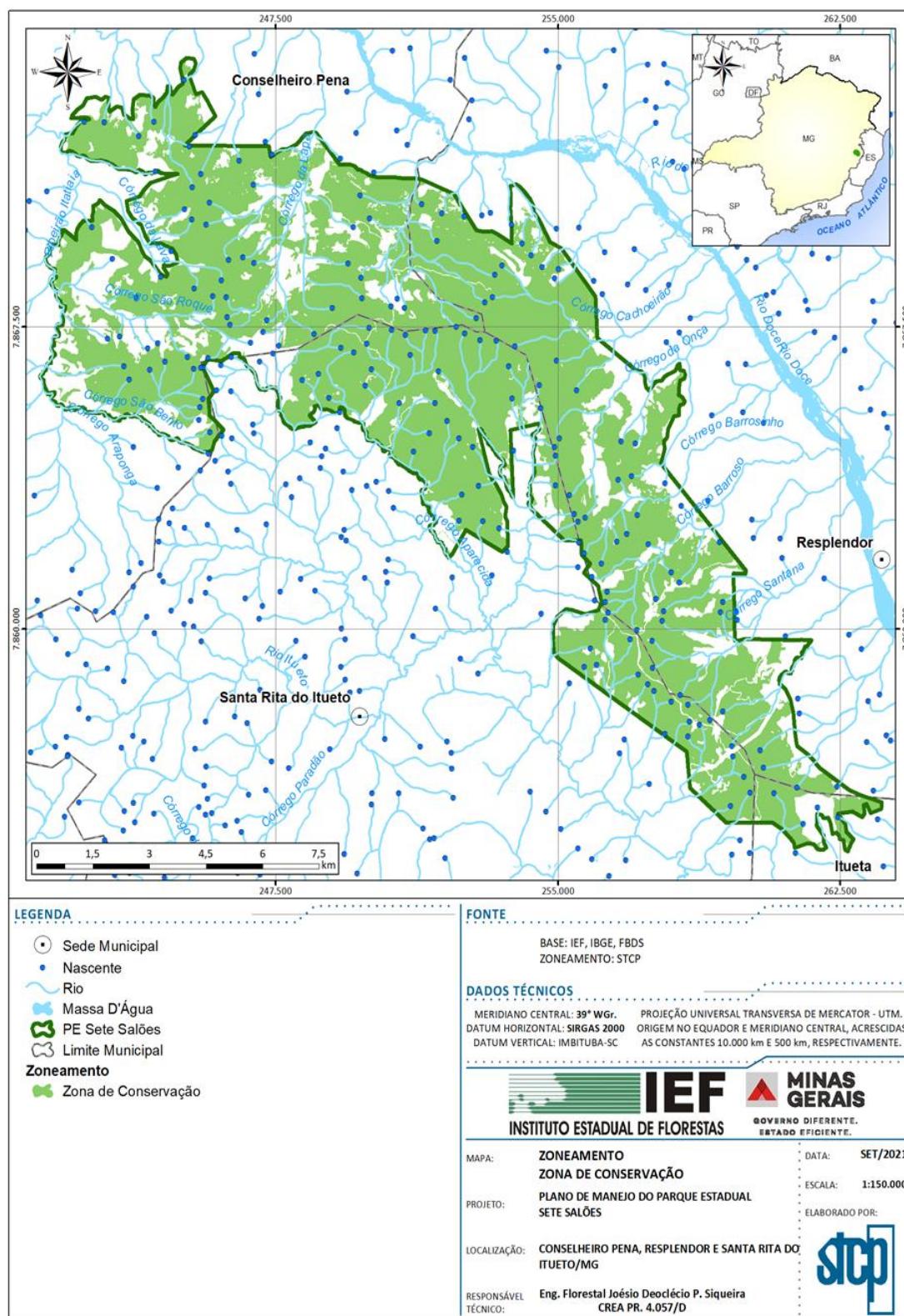
Conceito

É a zona que contém ambientes naturais de relevante interesse ecológico, científico e paisagístico, onde tenha ocorrido pequena intervenção humana, admitindo-se áreas em avançado grau de regeneração. São admitidos ambientes em médio grau de regeneração, quando se tratar de ecossistemas ameaçados, com poucos remanescentes conservados, pouco representados ou que reúna características ecológicas especiais.

Identificação das áreas

Estão inclusas nesta zona todas as áreas que apresentam campos rupestres, afloramentos rochosos e a Floresta Estacional Semideciduval. Foram inclusos os mosaicos de campos rupestres e de Floresta Estacional bem conservados localizados na divisa dos municípios de Resplendor, Santa Rita do Ituêto e Conselheiro Pena. As nascentes dos Córregos São Roque e da Lavra, indispensáveis para a recarga hídrica regional também foram consideradas, por se localizarem em um mosaico de campos rupestres e Floresta Estacional Montana bem conservados. Os fragmentos de vegetação próximos às nascentes do Córrego São Bento, Alto Aparecida, Vermelho e Palmeira, bem como outros mosaicos florestais relevantes situados no braço Sul do PESS estão representados nesta zona.

Figura 35. Zona de Conservação.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Normas específicas da Zona de Conservação

1. As atividades permitidas nesta zona são proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, visitação de baixo grau de intervenção e recuperação ambiental (preferencialmente de forma natural).
2. As atividades permitidas devem prever o mínimo de intervenção/impacto negativo sobre os recursos, especialmente no caso da visitação.
3. A visitação deve priorizar as trilhas e caminhos já existentes, inclusive aqueles pouco visíveis, devido à recuperação, com a possibilidade de abertura de novas trilhas quando inexistentes ou para melhorar o manejo e conservação da área.
4. É permitida nessa zona a prática de escalada que deverá ser definida em instrumento específico.
5. O pernoite em acampamento primitivo deverá ser definido em instrumento específico.
6. É permitida a instalação de infraestrutura física, quando estritamente necessárias às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos e segurança do visitante, bem como outras indispensáveis à proteção do ambiente da zona.
7. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da zona e para pesquisa.
8. Para as atividades de pesquisa, onde se comprove a necessidade de fixação de equipamentos e instalações para o bom desenvolvimento do trabalho, em tal previsão deve constar do pedido de autorização da pesquisa e devem ser retirados da área, uma vez findados os trabalhos e quando não for do interesse da UC, devendo ser feita a recuperação ambiental da área, quando cabível.
9. É permitido o uso de fogareiros nas atividades permitidas nesta zona conforme definições de instrumento específico.
10. É permitida a coleta de sementes para fins de recuperação de áreas degradadas da própria UC, levando em consideração o mínimo impacto e desde que autorizada pela administração da UC.
11. O trânsito motorizado, desde que compatível com as características do ambiente, será facultado apenas quando indispensável para viabilizar as atividades de proteção, manejo e monitoramento ambiental e considerados impraticáveis outros meios. Ressalvados os acessos às propriedades não indenizadas.
12. É permitida a instalação de sinalização indicativa ou de segurança do visitante.
13. A visitação de áreas tombadas como patrimônio arqueológico deverá ser definida em instrumento específico.
14. Fica vedada a instalação de fogueiras e qualquer outra intervenção na caverna Sete Salões, salvo as de manejo e estruturas necessárias à gestão e proteção da UC e dos visitantes, seguindo a legislação federal.

5.1.6 ZONA DE AMORTECIMENTO

Conceito

Conforme definido na Lei nº 9.985/2000 (SNUC), a ZA é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

A mesma lei determina que a ZA pode ser definida no ato de criação da unidade ou posteriormente e, sendo considerada zona rural e, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana (art.49). A função da ZA é a contenção dos possíveis efeitos negativos externos sobre a UC, em especial ao alcance do seu objetivo de criação, como invasões de espécies exóticas, patógenos, poluentes, incêndios, atividades ilegais ou desordenadas etc., levando em consideração todo o contexto em que a área protegida está inserida.

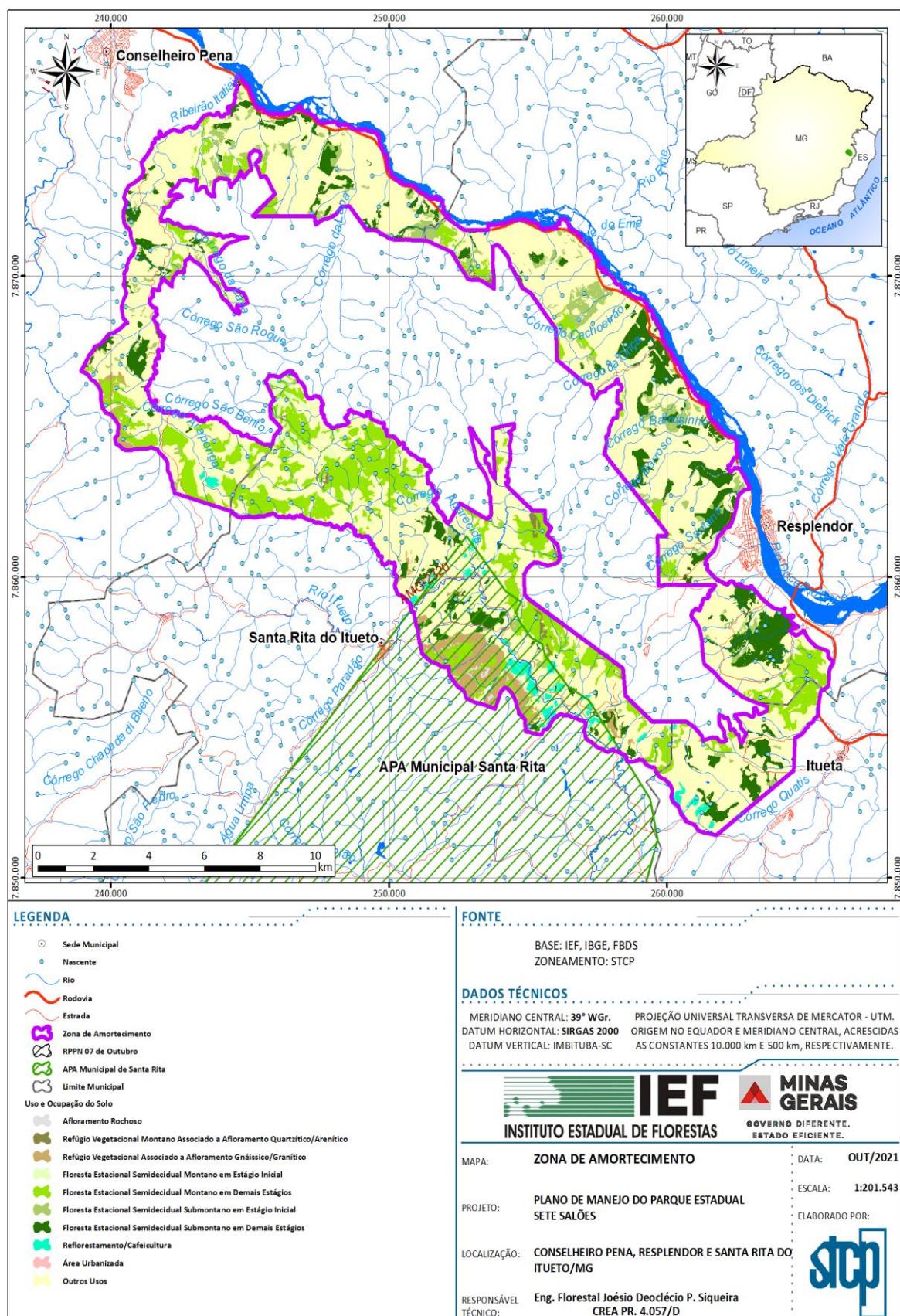
Para delimitação da zona de amortecimento do PESS, foram considerados critérios baseados no Roteiro Metodológico (ICMBio, 2018). Com base em um polígono preliminar, definido a partir de um raio de três quilômetros do limite do PESS, foram consideradas áreas a serem excluídas da ZA ou incluídas. Os principais critérios adotados para a inclusão de áreas e delimitação da ZA foram os limites de bacias e sub-bacias hidrográficas relacionadas à UC, a ocorrência de outras UCs, bem como de remanescentes de áreas naturais de potencial conectividade com o PESS, possibilitando corredores ecológicos para a fauna e flora, a ocorrência de limites físicos que contribuam para a identificação da área, facilitando o monitoramento e gestão. Ressalta-se que as áreas urbanas consolidadas ou em expansão, definidas ou não por Plano Diretor dos municípios adjacentes não foram inclusos na Zona de Amortecimento, uma vez que não contribuíam para a conectividade da UC e trariam desgastes desnecessários à gestão.

Identificação das áreas

Os limites definidos para a Zona de Amortecimento são:

- ✓ **Limite sul:** incluem os fragmentos florestais próximos aos limites dos municípios de Itueta, os morros próximos à pedreira e fora da parte urbana ampliando a conectividade e a continuidade do fragmento florestal até a margem do Rio Doce.
- ✓ **Limite oeste:** incluem os fragmentos florestais próximos ao município de Santa Rita de Itueto e próximo ao Paredão de Santa Rita, promovendo a conectividade com a APA Municipal.
- ✓ **Limite norte:** inclui o povoado de São Roque até a margem esquerda do Rio Doce, mantendo a conectividade da paisagem.
- ✓ **Limite leste:** inclui o remanescente de vegetação próxima ao limite do PESS na microbacia do Córrego Cascalho, ao sul da sede do município de Resplendor, excluindo o povoado de Krenak.

Figura 36. Zona de Amortecimento.



Fonte: STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2021)

Normas específicas da Zona de Amortecimento

1. Nos processos de licenciamento de novos empreendimentos na ZA deverão ser observados o menor grau de comprometimento da conectividade dos fragmentos de vegetação nativa, fauna, paisagem, solos e recursos hídricos.
2. Os fitossanitários e seus afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos, possam comprometer o solo e cursos d'água superficiais e subterrâneos.
3. Recomenda-se que o cultivo da terra seja feito de acordo com as práticas de conservação do solo orientadas pelos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural.
4. Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado na ZA deverá atender às normas sanitárias e de proteção dos recursos naturais, bem como as deste Plano de Manejo;
5. As reservas legais das propriedades, quando possível, serão definidas de forma a manter ou ampliar a conectividade entre os ambientes naturais.
6. Aos proprietários/moradores, que desenvolvem atividades agropecuárias, recomenda-se buscar orientação e auxílio dos órgãos competentes sobre técnicas agrícolas e pecuárias de produção sustentável e com mínimo impacto;
7. Recomenda-se que as instalações de empreendimentos ou residências na ZA tenham adequados sistemas de tratamento e disposição de efluentes e de resíduos;
8. Os licenciamentos ambientais devem atender ao Decreto Estadual nº 47.941 de 07 de maio de 2020, ou legislação vigente.
9. Não é recomendado o uso do fogo nas atividades agrícolas e quando imprescindível que seja buscado a autorização dos órgãos ambientais competentes para a queima controlada, bem como solicitar o apoio da equipe da UC.
10. Para as estradas na zona de Amortecimento é importante haver um manejo, conservação e sinalização adequadas, a fim de evitar atropelamentos da fauna silvestre, processos erosivos e impactos sobre os recursos hídricos;
11. A configuração predominante de ocupação da zona de Amortecimento envolve áreas rurais, pequenos vilarejos e residências espaçadas, sendo recomendável a manutenção deste uso, bem como das tradições e costumes locais.

6. NORMAS GERAIS

As normas gerais são as regras ou diretrizes idealizadas para guiar o manejo e uso dos recursos naturais no PESS:

1. A coleta, a apanha e a contenção de espécimes animais, incluindo sua alimentação, serão permitidas para fins estritamente científicos e didáticos, de acordo com projeto de pesquisa devidamente aprovado, mediante avaliação de oportunidade e conveniência, pelo órgão gestor da UC.
2. A reintrodução de espécies ou indivíduos, da fauna ou flora nativa, será permitida mediante projeto técnico-científico específico, autorizado pelo órgão gestor da UC, conforme regulamentação vigente.
3. A soltura de espécime de fauna autóctone será permitida quando a apreensão ocorrer logo após a sua captura no interior da unidade ou entorno imediato, respeitado o mesmo tipo de ambiente.
4. É proibida a soltura de animais exóticos e alóctones na UC.
5. No caso de espécies vegetais exóticas e alóctones, estas poderão ser utilizadas nos estágios iniciais de recuperação de áreas degradadas desde que comprovadamente necessárias e aprovadas em projeto específico, pela gestão da UC.
6. Fica proibido o ingresso e permanência na UC de pessoas acompanhadas de animais domésticos, bem como animais domesticados e/ou amansados, exceto nos casos de ocupantes de áreas não indenizadas e pessoas portadoras de deficiência acompanhada de cão de assistência.
7. O uso de animais de carga e montaria é permitido em caso de combate a incêndios, busca e salvamento, bem como, no transporte de materiais para áreas remotas e de difícil acesso, em situações excepcionais para proteção, pesquisa e manejo da visitação da UC e quando se tratar de acesso de ocupantes de áreas não indenizadas.
8. A restauração ou recuperação de áreas degradadas na UC, em casos excepcionais, com o uso de defensivos agrícolas químicos e espécies exóticas, deverá ter projeto específico previamente aprovado pelo órgão gestor da UC.
9. É permitida a realização de pesquisas científicas, desde que autorizadas na forma da legislação vigente.
10. É proibido o uso de fogo na UC, exceto nas seguintes situações: a) Em atividades da UC relativas à prevenção e combate aos incêndios florestais, desde que em concordância com o órgão gestor b) Emprego da queima prescrita, em conformidade com o estabelecido neste plano de manejo ou planejamentos específicos.
11. É proibido o uso de retardantes de fogo para combate a incêndios florestais até que aprovado ou regulamentado pelo órgão gestor da UC.
12. As churrasqueiras deverão ocorrer nas zonas e locais previamente definidos no plano de manejo sendo elas, preferencialmente, de uso coletivo e em áreas previamente definidas pela administração da UC ou por planejamento específico.
13. O treinamento militar será permitido, mediante solicitação prévia e autorização da chefia da UC, desde que respeitadas as normas pertinentes e que não cause impactos à UC.

14. Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessárias à gestão da UC devem, preferencialmente, considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, de água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.
15. Toda infraestrutura existente na UC que possa gerar resíduos e efluentes sanitários deverá contar com um sistema de tratamento adequado, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.
16. Quando for necessária a instalação ou melhoria de linha de distribuição de energia para estruturas da UC, deverá ser, sempre que possível, utilizada a opção que cause menor impacto ambiental e tenha maior harmonia com a paisagem, dando-se preferência à subterrânea e sempre seguindo as diretrizes institucionais vigentes.
17. É permitida a instalação de infraestrutura, quando necessária às ações de busca e salvamento, contenção de erosão e deslizamentos, bem como, outras indispensáveis à proteção do ambiente da UC.
18. É permitida a abertura de novas trilhas e picadas necessárias às ações de busca e salvamento e de prevenção e combate aos incêndios, entre outras similares, imprescindíveis para a proteção da UC.
19. Não é recomendada a abertura de cascalheiras e outras áreas de empréstimo na UC, sendo que a recuperação das estradas em seu interior deverá adotar preferencialmente materiais provenientes de fora dos seus limites, materiais estes com ausência de propágulos vegetais.
20. É proibido entrar na UC portando instrumentos próprios para caça, pesca e exploração de produtos ou subprodutos florestais, ou outros produtos incompatíveis com as condutas em UC ou que possam ser prejudiciais à flora e à fauna, exceto nas seguintes situações: a) atividades inerentes à gestão da área; b) pesquisa científica e outros casos autorizados pela administração da UC.
21. Os horários de funcionamento da UC serão definidos pela sua administração, que os divulgará amplamente.
22. O uso de drone (veículo aéreo não tripulado) na UC poderá ser permitido mediante autorização do órgão gestor e respeitada à legislação de uso de imagem, quando for o caso.
23. É proibido retirar, mover ou danificar qualquer objeto, peça, construção e vestígio do patrimônio cultural, histórico e arqueológico da UC, exceto para fins de pesquisa ou resgate do material, de acordo com a legislação vigente e desde que com autorização da administração da UC.
24. O pouso e a decolagem de aeronaves dentro dos limites da UC serão admitidos para casos especiais, como emergências, resgate ou atividades de proteção da UC, bem como demais casos excepcionais mediante autorização prévia da UC.
25. Poderão ser demolidas todas as edificações das áreas onde tenha ocorrido a regularização fundiária e retirados do interior da UC os restos da demolição, desde que não tenham significado histórico--cultural e/ou não sejam de interesse para outras ações da gestão e do manejo.

26. São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies nativas no interior da UC desde que estas estejam colocando vidas e infraestruturas em risco, respeitadas as disposições da legislação vigente (por exemplo, Lei Florestal Estadual, Código Florestal, Lei da Mata Atlântica etc.), o que será objeto de detalhamento em instrumentos específicos (TC, TAC etc.).
27. São permitidos a derrubada e o aproveitamento de árvores de espécies exóticas no interior da UC, desde que respeitadas às disposições da legislação vigente.
28. É permitida a instalação de novos equipamentos e infraestrutura necessária à exploração de atividades de visitação, desde que os projetos sejam previamente autorizados pelo órgão gestor.
29. O subsolo integra os limites da UC, sendo proibida a exploração de recursos minerais.
30. Devem ser adotadas medidas de recuperação e adequação das trilhas e estradas no interior da UC, devendo haver a autorização do proprietário no caso de propriedades não indenizadas e quando ele manifestar tal necessidade.

Figura 37. Trilha da palmeira



Fonte: Ghiany Loss, visitante do parque

7. ATOS LEGAIS

A última parte do plano de manejo constitui-se na identificação de seus atos legais e administrativos, que são próprios da UC. As decisões de gestão e manejo da UC são norteadas por atos legais e administrativos, muitos dos quais são celebrados com órgãos federais, estaduais e locais, empresas e serviços públicos organizações parceiras, concessionárias, prestadores de serviços e outras entidades.

Atos legais do PESS

São instrumentos formais de ordenamento jurídico relacionado ao território da UC, como leis e portarias publicadas na imprensa oficial, reconhecimento de valor prático e institucional e/ou instruções normativas existentes que trazem restrições adicionais para o território. Os atos legais existentes para o PESS são:

Decreto nº 39.908, de 22 de setembro de 1998: cria o PESS e dá outras providências.

Portaria do Instituto Estadual de Florestas nº 133 de 10 de novembro de 2014: Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo do PESS, atuante desde então por meio da publicação de portarias específicas de eleição (Portaria IEF nº 131, de 03 de dezembro de 2020, atualmente vigente).

Decreto Municipal Prefeitura de Conselheiro Pena nº 1.329 de 10 de abril de 2002: Dispõe sobre o tombamento e inscrição de conjunto paisagístico e arqueológico localizado no município.

Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000: institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012: dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013: dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade.

Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016: dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências.

Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019: dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

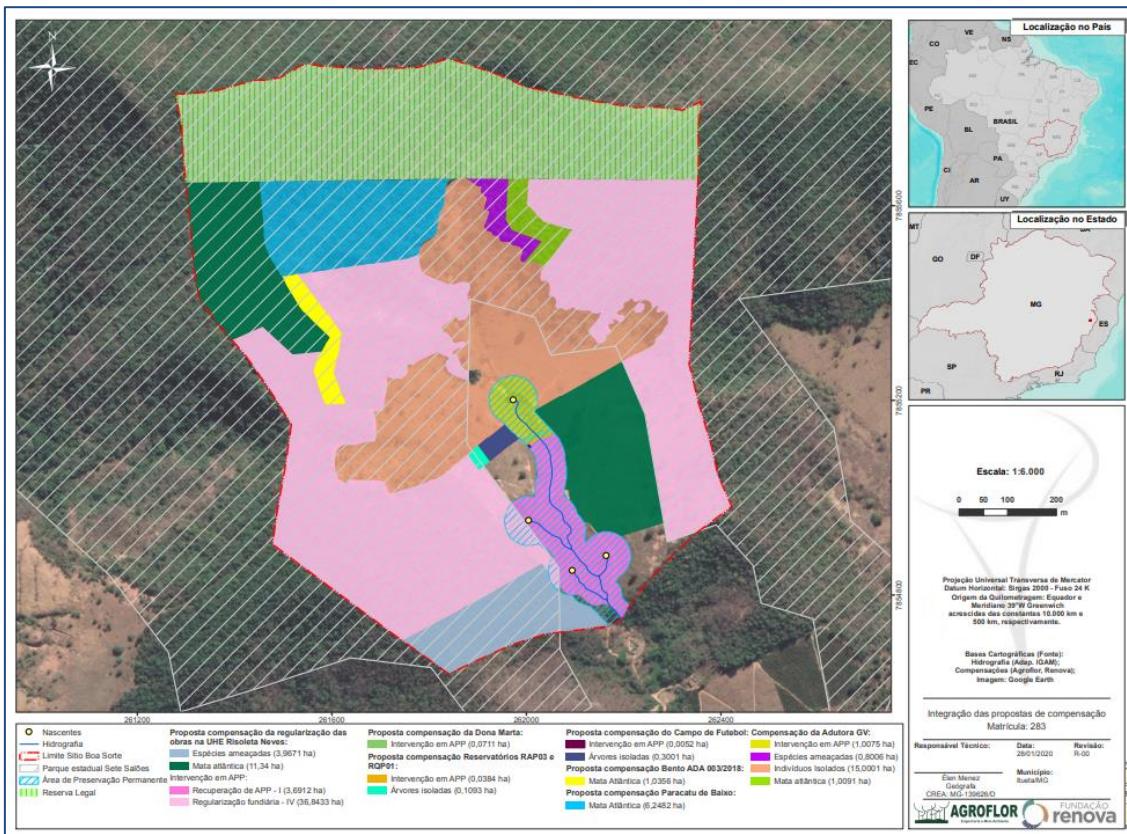
Decreto Estadual nº 47.892 de 2020: estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas).

8. ATOS ADMINISTRATIVOS

A seguir são apresentados atos administrativos incidentes no PESS.

- O IEF possui diferentes acordos com Fundação Renova para restauração e conservação de áreas no PESS em decorrência de processos de compensação ambiental. A Figura 38 apresenta os locais onde são previstas ou executadas ações de recuperação mediante acordo.

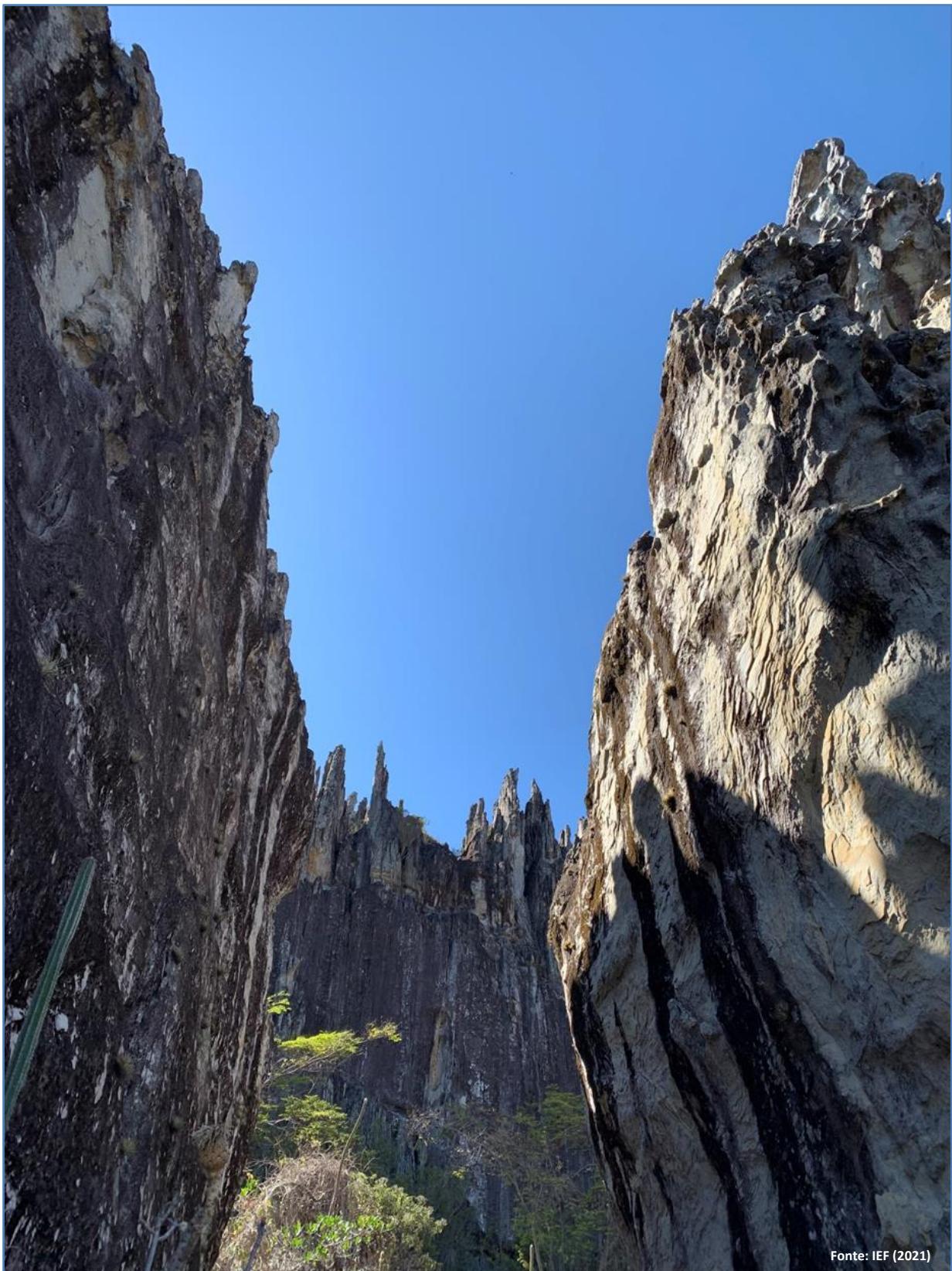
Figura 38. Mapa de integração das propostas de restauração de áreas



- Área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em seis fases sucessivas entre 1991 e 2008.
- Decisão da 60ª REUNIÃO da Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas Protegidas (CPB) de 09.06.2021 - 7.2 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG – Aprovação do Projeto Executivo de Compensação Florestal (PECF), incluindo recuperação de áreas no interior do PESS como compensação referente à supressão de fragmento para as obras de melhoria e pavimentação da Rodovia Municipal – Trecho: Marliéria – Parque Estadual do Rio Doce - Marliéria/MG - Classe 2 - SEI/Nº 2300.01.0116699/2021-11.
- Deliberação Comitê Interfederativo Nº 36/2016, inclui o PESS, dentre outras UCs no escopo da Cláusula 181 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta quer prevê a avaliação de impacto e reparação se for o caso, de unidades de conservação afetadas pelo rompimento da Barragem do Fundão.
- Despacho da Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público em desfavor do Instituto Estadual de Florestas para a elaboração do Plano de Manejo.

- Relatório da Ação Civil Pública nº. 9810-89.2010.4.01.3813. Sentença. Recursos proveniente de compensação federal destinado ao Parque Estadual Sete Salões.

Figura 44. “Paredes” da Formação denominada Catedral



Fonte: IEF (2021)

9. REFERÊNCIAS

BAETA, A. M. & MATTOS, I. M. Arte rupestre, etnohistória e identidade indígena no Vale do Rio Doce - MG, REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, 8, Revista de Arqueologia São Paulo, v. 8, nº 1, 1994, p. 303 - 320.

BAETA, A. M.; MATTOS, I. M. A Serra da Onça e os índios do Rio Doce: uma perspectiva etnoarqueológica e patrimonial. *Habitus*, vol. 5, nº 1, pp. 39-62, 2007

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Lei nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

CANTOR, M.; FERREIRA, L.A.; SILVA, W.R. & SETZ, E.Z.F. 2010. Potential seed dispersal by *Didelphis albiventris* (Marsupialia, Didelphidae) in highly disturbed environment. *Biota Neotropica* 10: 45-51

BICHO DO MATO / FUNDAÇÃO RENOVA. Avaliação dos Impactos e Monitoramento de Populações e Comunidades da Fauna Terrestre nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, 2019 (Dados brutos).

HUFNANGEL, L. Levantamento da Mastofauna no Parque Estadual Sete Salões. Laboratório de Ecologia e Conservação/UFMG, 2020 (Dados brutos).

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais. Organizadores: Ana Rafaela D'Amico, Erica de Oliveira Coutinho e Luiz Felipe Pimenta de Moraes. Brasília: ICMBIO, 2018. 208 p

ICMBIO. Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Volume II - Mamíferos/ -- 1. ed. --Brasília, DF: ICMBIO/MMA, 2018.203 p.

IEF - Instituto Estadual de Florestas. Parque Estadual de Sete Salões. 2021. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/unidades-de-conservacao/214>>. Acesso em julho de 2021.

LIMA, L.M. Aves da Mata Atlântica: riqueza, composição, status, endemismos e conservação. Dissertação (Mestrado em Zoologia) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013.

MAIA, L. H. R. D. (2018). Efetividade das áreas protegidas para a conservação de mamíferos de médio e grande porte. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre. UFMG. Belo Horizonte.

NEVES, Walter Alves; PILÓ, Luís Beethoven. O povo de Luzia: em busca dos primeiros americanos. São Paulo: Globo, 2008.

Relatório de Impacto Ambiental, RIMA. Ministério de Minas e Energia. Eletrobrás, 2019

SANTOS, L.B.; REIS, N.R. Use of shelters and marking sites by *Lontra longicaudis* (Olfers, 1818) in lotic and semilotic environments. *Biota Neotropica*, v. 12, num. 1, pp. 199–205, 2012.

STCP. Caracterização do Parque Estadual de Sete Salões. 2021

VOGT, R. C.; FAGUNDES, C. K.; BATAUS, Y. S. L.; BALESTRA, R. A. M.; BATISTA, F. R. W.; UHLIG, V. M.; SILVEIRA, A. L.; BAGER, A.; BATISTELLA, A. M.; SOUZA, F. L.; DRUMMOND, G. M.; REIS, I. J.; BERNHARD, R.; MENDONÇA, S. H. S. T.; LUZ, V. L. F. 2015. Avaliação do Risco de Extinção de *Acanthochelys radiolata* (Mikan, 1820) no Brasil. Processo de avaliação do risco de extinção da fauna brasileira. ICMBio. 2015. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/fauna-brasileira/estado-de-conservacao/7439-repteis-acanthochelys-radiolata-cagado-amarelo.html>>. Acesso em fevereiro de 2021.



CONSULTORIA
ENGENHARIA
GERENCIAMENTO



Fonte: IEF (2021)



GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.